

UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA
INSTITUTO DE HISTÓRIA

Gustavo Ribeiro do Valle

A ESTRATÉGIA PECEBISTA E A DISSIDÊNCIA DE MARIGHELLA:
da revolução democrática à hegemonia proletária (1954-1966)

Uberlândia

2023

Gustavo Ribeiro do Valle

A ESTRATÉGIA PECEBISTA E A DISSIDÊNCIA DE MARIGHELLA:
da revolução democrática à hegemonia proletária (1954-1966)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia como requisito parcial para obtenção do título de bacharel e licenciatura em História.

Orientador: Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais

Uberlândia

2023

Gustavo Ribeiro do Valle

A ESTRATÉGIA PECEBISTA E A DISSIDÊNCIA DE MARIGHELLA:
da revolução democrática à hegemonia proletária (1954-1966)

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto de História da Universidade Federal
de Uberlândia como requisito parcial para
obtenção do título de bacharel e licenciatura em
História.

APROVADO EM: _____ de _____ de _____.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Sérgio Paulo Morais (Orientador)
INHISUFU

Prof. Dr. Lainister de Oliveira Esteves (Examinador)
INHISUFU

Prof. Dr. Douglas Gonsalves Fávero (Examinador)
INHISUFU

“Seja forte na crença de que a vida é maravilhosa. Seja positivo e acredite que a Revolução sempre vencerá.”

(Valery Sablin)

RESUMO

Neste trabalho buscamos compreender as críticas de Carlos Marighella ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) e a sua política após o golpe militar de 1964. Entendendo Marighella como parte de uma “fração de esquerda” dentro do partido, que buscava uma maior radicalização de sua política desde antes do golpe, foi necessário a análise das mudanças da orientação política do PCB desde o seu IV Congresso em 1954, entendido como o período de “maturidade do partido”, até as preparações para o VI Congresso em 1966. Tal escolha se deu por razão do giro autoritário que o partido toma a partir de seu IV Congresso, onde seguindo a premissa do combate ao “sectarismo” e “esquerdismo”, de defesa da unidade partidária e do centralismo democrático, censurou e cassou militantes críticos a sua política. Na mesma medida, esse período também seria marcado por mudanças radicais na estratégia política do partido, que passaria a ter em seu horizonte uma revolução pacífica e alcançável a partir de reformas. Dessa forma entendemos uma das principais razões que articulou as críticas de Marighella e se tornou o propulsor de seu rompimento com o partido: a questão de hegemonia proletária na revolução.

Palavras-chave: Carlos Marighella; Partido Comunista Brasileiro; movimento comunista; hegemonia proletária.

ABSTRACT

In this paper, we sought to understand Carlos Marighella's criticisms of the Brazilian Communist Party and its politics after the 1964 military coup. Understanding Marighella as part of a "left fraction" within the party, which had been seeking a greater radicalization of its politics since before the coup, it was necessary to analyse the changes in the PCB's political orientation from its Fourth Congress in 1954, understood as the period of "party maturity", to the preparations for the Sixth Congress in 1966. This choice was made because of the authoritarian turn that the party took after its Fourth Congress, where, following the premise of combating "sectarianism" and "leftism", defending party unity and democratic centralism, it censored and repealed militants critical of its policies. To the same extent, this period was also marked by radical changes in the party's political strategy, which began to envision a peaceful revolution that could be achieved through reforms. In this way, we can understand one of the principal reasons that articulated Marighella's criticisms that became the propellant of his break with the party: the question of proletarian hegemony in the revolution.

Keywords: Carlos Marighella; Brazilian Communist Party; communist movement; proletarian hegemony.

LISTA DE SIGLAS

ALN	Ação Libertadora Nacional
COMINTERN	Communist International/Internacional Comunista
DOPS	Departamento de Ordem Política e Social
IC	Internacional Comunista
INHISUFU	Instituto de História da Universidade Federal de Uberlândia
JK	Juscelino Kubitschek
PC	Partido Comunista
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCBR	Partido Comunista do Brasil Revolucionário
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PCUS	Partido Comunista da União Soviética

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	AS ORIGENS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E A SUA POLÍTICA	11
2.1	A Terceira Internacional Comunista e as suas influências no PCB	13
2.2	A herança da Internacional Comunista e a estratégia para a revolução brasileira	16
2.3	O Golpe de 1964 e a reorganização partidária	35
3	DA LUTA INTERNA À DISSIDÊNCIA: O ROMPIMENTO DO CENTRALISMO DEMOCRÁTICO.....	38
3.1	A linha de Marighella: a luta pela hegemonia de massas.....	44
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	52

1 INTRODUÇÃO

Decorrido 101 anos desde a sua fundação, o Partido Comunista Brasileiro teve um profundo impacto na história dos movimentos sociais brasileiros, alimentando até hoje a esperança de milhares de pessoas na possibilidade da utopia revolucionária. Enquanto um partido que sempre teve em seu horizonte a revolução, resta-nos perguntar: quais foram os caminhos imaginados para alcançar esse objetivo?

Desde a sua fundação, em 1922, o PCB buscou se enquadrar nos moldes da Terceira Internacional Comunista, se apropriando (às vezes a força) de suas análises de conjuntura internacional¹ para traçar um plano sobre as formas que a revolução brasileira teria de caminhar. Dentre essas análises, estava o princípio do regime retrógrado das colônias e semicolônias, também chamadas em outros momentos de regimes de tipo semifeudal.

Assim, buscamos discutir nessa pesquisa duas táticas políticas usadas na ação partidária a *estratégia* enquanto um plano geral traçado para alcançar um objetivo e a *tática* como os meios para alcançar esses objetivos. Nisso, a estratégia do partido indicava a existência de uma “estrutura semifeudal” no país, portanto, não haveria as bases para realizar uma revolução socialista em solo nacional, levando a concepção de que seria possível implementar diante daquela conjuntura uma primeira etapa da revolução brasileira: a revolução democrática e o desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

O objetivo geral da revolução democrática se manteria como o horizonte máximo do partido, tomando formas e sentidos diferentes, especialmente durante o Estado Novo e o golpe militar de 1964. A idealização da União Nacional, também conhecida como Frente Ampla, nos moldes da Internacional, para alcançar a revolução democrática tomaria centralidade no debate partidário em 1936 a 1937, no Estado Novo, como uma tentativa de derrubar o “golpe fascista” de Vargas² e resolver os problemas nacionais mais candentes. Durante os períodos seguintes a queda do Estado Novo, o partido viria a consolidar o que ele entenderia como “a Frente Ampla”, ou seja, quais deveriam ser as características, quais seriam os objetivos e quais forças deveriam tomar o protagonismo e fazer a revolução.

Portanto, neste trabalho objetivamos compreender de que forma o partido compreendeu a estratégia revolucionária da Frente Ampla. Para tanto, começamos nossa análise em 1954,

¹ PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro: 1922 -1964**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984. v. 17.

² SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa. **Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p. 84. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7587/1/arquivo7879_1.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.

data da realização do IV Congresso Nacional do PCB. Esse foi considerado o momento histórico que marcaria a sua “maturidade” enquanto um partido comunista, o IV Congresso é também a primeira tentativa da organização em 25 anos desde o seu III Congresso, de se reorganizar tanto internamente, quanto politicamente, de interpretar a realidade brasileira e traçar uma estratégia nacional de atuação para a revolução.

Assim, utilizaremos as teses congressuais do partido, suas resoluções políticas e seus jornais como a base da primeira metade deste trabalho, onde detalharemos as heranças do movimento comunista internacional no PCB, como também a sua linha política entre a década de 1950 e 1960, realizando um exercício de comparação entre as permanências, mudanças e os debates internos de sua interpretação da situação política nacional e de sua estratégia revolucionária.

O período segunda metade da década de 50 até os primeiros anos após o golpe militar de 1964, marcariam as maiores mudanças da política e no ambiente partidário. As teses sobre a política do partido de 1958, apresentariam um ponto chave de mudança na interpretação da direção pecebista do Brasil³, pois a partir dela seria posto em voga a possibilidade de uma revolução pacífica, a possibilidade de a revolução findar sem sangue, sem conflito, e com reformas profundas.

Na mesma medida, esse período marcaria um recrudescimento da democracia interna do partido, onde as críticas a direção política em que o partido seguiu foram tomadas como “sectárias”, “esquerdistas” e “dogmáticas”. Entendidas como um perigo a “unidade partidária”, essas posições seriam cerceadas e censuradas, se tornando parte da política oficial do partido o combate a elas. Esse processo de abafamento da crítica e do debate interno, seria responsável pelos rachas que originariam o PCdoB e o PCBR. O cenário de fracionamento do PC Brasileiro, o agravamento da crise interna, alcançaria um novo patamar com a concretização do golpe militar de 1964.

Das primeiras tentativas de reorganização após o golpe militar, o partido realizaria uma autocrítica de sua atuação (ou falta de atuação), no cenário político do pré-golpe. Entendendo sua política como “esquerdista” perante o governo e ao mesmo tempo “a reboque” da burguesia nacional, seria continuada a postura de passividade na estratégia da frente ampla. O partido se recusaria a pegar em armas e ao mesmo tempo acreditaria na burguesia nacional, nos setores

³ ROCHA JUNIOR, Deusedith Alves. A interpretação pecebista do Brasil. **Universitas FACE**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 1-14, 2006. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/face/article/view/41%20acesso%20em:%2014/11/2023>. Acesso em: 14 nov. 2023.

militares democratas e nas forças progressistas, necessárias para a derrota da ditadura. Os dissidentes dessas teses, que propunham uma postura de luta ativa do partido contra a ditadura, seriam mais uma vez coagidos, censurados e, em várias ocasiões, expulsos. Dentre esses dissidentes, optamos por dar enfoque a Carlos Marighella, militante histórico e dirigente nacional do PCB.

Na segunda parte deste trabalho, abordamos a produção intelectual de Marighella para apontar os debates e as críticas mais candentes dentro desse contexto de reorganização política e de entendimento da situação nacional pós golpe. Tal escolha parte do pressuposto que Marighella marcou de forma clara e constante a luta interna de duas linhas políticas dentro do partido comunista em torno de sua estratégia revolucionária.

Sendo assim, compreendemos que Marighella durante todo o período do pós-golpe, se definirá como parte da oposição da linha política partidária, denunciando a falta de uma democracia interna, o cerceamento do debate, a censura e a coerção dentro das fileiras do partido. Ao mesmo passo, seriam apresentadas duras e contínuas críticas ao conformismo do partido, a sua renúncia às armas e a de sua independência política, apontado a necessidade de tecer a luta viva contra a ditadura, de o partido se tornar um real representante do proletariado e dirigi-lo para a libertação, em outras palavras, seria apontado a necessidade de se pautar a hegemonia proletária no movimento de libertação nacional.

2 AS ORIGENS DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO E A SUA POLÍTICA

Fundado oficialmente em 1922, na cidade de Niterói, o PCB, nesse momento chamado de Partido Comunista do Brasil, nasce como fruto de uma longa trajetória de tentativas de formação de organizações políticas. Sua fundação não acontece de forma descolada do desenvolvimento das organizações de trabalhadores e da luta econômica, ela é parte de um processo de tentativas de organizações políticas de trabalhadores que data desde o nascimento dos parques indústrias paulistas da segunda metade do século XIX.

Tal como aponta Pacheco⁴, acompanhado do crescimento da classe operária, o processo de industrialização brasileira em conjunto com as revoluções Europeias, o crescimento das vertentes socialistas, incluindo o socialismo científico de Marx e Engels e a influência dos imigrantes⁵, gerou no Brasil uma explosão de jornais socialistas e anarquistas de vida efêmera que perdurou desde a segunda metade do século XIX até a segunda década de 1900.

Porém, foi somente após a abolição da escravidão e o maior desenvolvimento do processo de industrialização brasileiro que, dentro desse período, ocorreu o aparecimento de várias organizações operárias, dentre elas, o primeiro Partido Socialista do Brasil em 1892, o Centro Operário Radical fundado no mesmo ano, a União Socialista de Santos, possivelmente fundada em 1894 e o Partido Socialista do Rio Grande do Sul em 1897. Apesar da curta duração dessas organizações, que em sua maioria foram protagonizadas por anarquistas, elas apontam para um contínuo processo de maior organização política dos trabalhadores, como é o caso da Confederação Operária Brasileira⁶.

Essa tendência alcança seu maior desenvolvimento logo após um dos eventos mais importantes do século XX, quando a primeira revolução comunista, protagonizada pelo partido Bolchevique e liderada pelo líder comunista Vladimir Lenin ocorre na Rússia em 1917. Seu papel a nível internacional, ao menos nesse momento pós revolucionário, foi o de impulsionar fortemente o movimento comunista em caráter mundial, afetando a Europa e o Brasil⁷.

Um dos primeiros produtos da influência da Revolução Russa, foi no levante realizado no Rio de Janeiro no ano de 1918, onde os anarquistas, instigados pela ideia de que a tomada do poder pelo proletariado não era mais uma utopia e sim uma possibilidade real⁸. Apesar de

⁴ PACHECO, 1984.

⁵ É notável a influência que a imigração possui dentro do movimento operário brasileiro, sobretudo o paulista, onde, de acordo com Pacheco, cerca de 95% do proletariado paulista tinha origem estrangeira, mais especificamente de países latinos europeus (espanhóis, portugueses e principalmente italianos). *Ibid.*, p. 20.

⁶ *Ibid.*, p. 43.

⁷ *Ibid.*, p. 52.

⁸ *Ibid.*, p. 54.

terem sido rapidamente reprimidos pelo exército, o movimento representava a influência que a Revolução Russa possuirá no movimento comunista brasileiro.

Apesar de sua fundação oficial em 1922, no ano de 1919 veio a surgir uma organização que tomava para si o nome de Partido Comunista do Brasil que apesar do nome, não se estruturava como um partido clássico, muito menos assentava nos ideais bolcheviques. Na verdade, esse primeiro partido comunista foi uma organização anarquista, baseando-se não em estatutos partidários rígidos, que definiam criteriosamente a estratégia, política e a ação comunista, mas em “bases de acordo” comuns entre seus núcleos estaduais e municipais⁹. No entanto, na medida em que a Revolução Russa caminhava, agora reprimindo as organizações anarquistas, tomando um caráter anti-anarquista, as diferenças entre o marxismo bolchevique e o anarquismo se tornavam mais profundas e inconciliáveis, o fim do “primeiro PCB” se tornava próximo¹⁰.

Não demorou para que a polêmica que delimitara as diferenças entre os marxistas e anarquistas e o peso da revolução russa, maior baluarte do marxismo e prova viva da possibilidade de sucesso da revolução comunista, causassem uma cisão permanente no movimento comunista nacional.

Em 1922, após a longa crise interna na organização do proletariado nacional, advinda principalmente, das debilidades do movimento anarquista e de sua organização espontaneísta, o processo de cisão entre os anarquistas e os marxistas brasileiros se encerra definitivamente agora pela fundação do Partido Comunista Brasileiro na cidade de Niterói no Rio de Janeiro. Legitimado pela recém iniciada Internacional Comunista e seguindo alinhado rigorosamente à sua ideologia¹¹, o partido comunista seria reconhecido como parte de “um movimento de vanguarda política e cultural, de caráter universal”¹².

⁹ PACHECO, 1984, p. 63.

¹⁰ CARRION, R. K. M. A fundação do Partido Comunista do Brasil. **Princípios**, [s. l.], v. 41, n. 163, p. 9 - 62, 6 fev. 2022.

¹¹ O Grupo Comunista do Rio de Janeiro por exemplo, tinha como objetivo principal a propagação e a defesa do programa da terceira internacional. Esse grupo se destaca entre os demais que existiram nesse período, por ter tido um papel fundamental na fundação do partido, onde quase a totalidade de suas figuras participaram da fundação do PCB. PACHECO, 1984, p. 84.

¹² SILVA, Camilla Cristina. **Orientações políticas de uma esquerda moderada: o PCB e o "centralismo democrático" (1958-1979)**. 2011. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011. Disponível em: <https://lph.ichs.ufop.br/publications/orienta%C3%A7%C3%B5es-pol%C3%ADticas-de-uma-esquerda-moderada-o-pcb-e-o-%E2%80%9Ccentralismodemocr%C3%A1tico%E2%80%9D>. Acesso em: 20 nov. 2023.

2.1 A Terceira Internacional Comunista e as suas influências no PCB

Em 1919, dois anos após a Revolução Russa, foi fundada a Terceira Internacional Comunista. Também conhecida como Comintern, esse órgão internacional visava superar a antiga Internacional Comunista e estabelecer de uma vez por todas, a organização do movimento comunista internacional e a revolução mundial¹³.

A oposição dessa com a Segunda Internacional Comunista, o órgão que até o estourar da Primeira Guerra Mundial liderava o movimento operário internacional, não ocorreu por acaso, mas por uma suposta degeneração ideológica, nas próprias palavras de Lenin:

The Second International existed from 1889 to 1914, up to the war. This was the period of the most calm and peaceful development of capitalism, a period without great revolutions. During this period the working-class movement gained strength and matured in a number of countries. But the workers' leaders in most of the parties had become accustomed to peaceful conditions and had lost the ability to wage a revolutionary struggle. When, in 1914, there began the war, that drenched the earth with blood for four years, the war between the capitalists over the division of profits, the war for supremacy over small and weak nations, these leaders deserted to the side of their respective governments. They betrayed the workers, they helped to prolong the slaughter, they became enemies of socialism, they went over to the side of the capitalists.¹⁴

Dessa forma, essa nova Internacional Comunista, nascida diretamente do primeiro país socialista do mundo, se assentava como o bastião do movimento proletário internacional desse modo foi tratada pelos partidos comunistas do mundo.

O papel da Terceira Internacional no movimento comunista mundial foi a de um guia, pautando as formas de luta, agitação e propaganda que os partidos deveriam utilizar, apontando uma base organizativa que estes deveriam seguir, realizando análises sobre a realidade política e econômica do mundo e das nações afim de traçar uma estratégia cabível aos comunistas daquelas localidades, etc.

Uma das bases necessárias e talvez a mais importante, para o reconhecimento de um partido comunista de tipo bolchevique (para a Comintern se encontrava na noção do centralismo democrático:

¹³ WHITE, Stephen. Colonial revolution and the communist international, 1919-1924. *Science & Society*, [s. l.], v. 40, n. 2, p. 173-193, Summer 1976. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40401942?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.

¹⁴ LENIN, V. I. The Third, Communist International. In: LENIN, V. I. *Lenin's collected works*. 4th. Moscow: Progress Publishers, 1972. v. 29. p. 240-241. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1921/congresso/estrutura.htm>. Acesso em: 4 dez. 2023.

O centralismo democrático na organização do Partido Comunista deve ser uma verdadeira síntese, uma fusão da centralização e da democracia operária. Essa fusão só pode ser obtida por uma atividade comum permanente, por uma luta igualmente comum e permanente do conjunto do partido.¹⁵

O coração daqueles que se identificam com a forma de organização bolchevique e mais tarde viriam a se reconhecer como marxista-leninistas estaria no centralismo democrático. Seu “centralismo” parte do ideal de que o partido, por uma direção eleita pela sua ampla base, deve pôr ao trabalho uma linha unificada de atuação para o organismo, enquanto a sua “democracia” parte do pressuposto de que a mesma base que a elege possui o direito de criticar quaisquer aspectos da direção (que deve prestar contas de seu trabalho) e da atuação política do partido.

Assim, a Comintern, encabeçada principalmente pelo Partido Comunista da União Soviética, seguiria sendo a maior influência do movimento comunista mundial e teria um papel elementar na história do PCB, estando presente desde a data de sua fundação em 1922, antecedida para poderem integrar a IC em seu IV Congresso¹⁶.

Apesar de sua frustrada primeira tentativa, fruto do seu mau preparo e péssimas indicações de delegados para a IC¹⁷, para se enquadrar nas 21 condições de ingresso na Internacional o partido a partir de seu II Congresso nacional, entraria em um processo profundo de adaptação e expansão de suas estruturas internas e de sua atuação política, se tornando mais presente nos sindicatos operários e fundando seu periódico *A Classe Operária*¹⁸.

Essa influência não se restringiria apenas ao alinhamento do partido perante a IC, ela implicaria até na sua interferência direta dentro da estrutura partidária brasileira. Durante o decorrer do III Congresso, o partido contrariaria algumas das indicações táticas apontadas pela IC a respeito da realidade brasileira, especialmente ao que referenciava à tática de libertação nacional a ser empregada pelo partido e em quais forças o partido deveria se apoiar¹⁹. Nessa análise, o partido tomava conta de que:

A burguesia nacional, que até certo momento (revolução de 1924) parecia poder desempenhar um papel revolucionário, capitulou completamente diante do imperialismo, aliando-se aos grandes proprietários de terra, que estão no poder.²⁰

¹⁵ EM DEFESA DO COMUNISMO. **A estrutura, os métodos e a ação dos Partidos Comunistas (III Congresso da Internacional Comunista)**. [S. l.], 1 ago. 2023. Disponível em: <https://emdefesadocomunismo.com.br/a-estrutura-os-metodos-e-a-acao-dos-partidos-comunistas/>. Acesso em: 4 dez. 2023. p. 1.

¹⁶ PACHECO, 1984, p. 92.

¹⁷ *Ibid.*, p. 93-94.

¹⁸ *Ibid.*, p. 95-96.

¹⁹ SILVA, 2011, p. 16.

²⁰ CARONE, Edgard. **O P.C.B. (1922-1943)**. São Paulo: Difel, 1982. v. 1. p. 71.

Além de reconhecer a burguesia nacional como uma classe reacionária, incapaz de ser agente do processo revolucionário e anti-imperialista brasileiro, o partido, contrariando as indicações da Comintern, reconhecia a pequena-burguesia como um grande aliado momentâneo no processo revolucionário:

6º) Em virtude mesmo dessa capitulação da burguesia diante do imperialismo, agravando-se cada vez mais a opressão deste último, acentua-se cada vez mais a exploração econômica e conseqüentemente a radicalização política das massas laboriosas do campo e da cidade, inclusive as camadas mais pobres da pequena burguesia.

7º) De tal sorte, a pequena burguesia constitui um fator revolucionário da maior importância no momento atual, tendendo a aliar-se às forças revolucionárias do proletariado.²¹

Esse posicionamento frente à tática revolucionária do partido e o tratamento dessa pequena burguesia, causaram a intervenção direta da Internacional sobre o partido em julho de 1929²², poucos meses após a finalização do III Congresso nacional, ocorrido no início de 1930. Meio ano após a publicação destas resoluções, ocorre dentro do PC Brasileiro uma mudança radical em seu Comitê Central.

Acusados de terem se tornado “direitistas” pelo secretariado Sul Americano da Internacional, todos aqueles que direcionaram o III Congresso e construíram essa tentativa de analisar a realidade brasileira e as formas de mudá-la, foram afastados, expulsos e substituídos por operários:

Em todos os partidos da Internacional dirigentes experientes foram substituídos por operários, muitas vezes sem o preparo necessário para as novas funções e mais dóceis às determinações da direção moscovita.²³

Esse giro consolidado no III Pleno do Comitê Central (CC) do PCB²⁴, capitulado pela Comintern, levava o PCB a uma política “obreirista”, mudando radicalmente sua política interna e as resoluções apresentadas no III Congresso. A influência da Comintern que, nesse primeiro momento do partido foram a razão de sua fundação, passara agora a interferir diretamente na sua política interna, gerando a crise partidária responsável pelo colapso de seu grupo dirigente.

²¹ CARONE, 1982, p. 71-72.

²² BIANCHI, Alvaro. A "proletarização" do PCB: pequena crônica de um golpe burocrático (1930-1934). **LaPalavra**. [S. l.], 25 mar. 2016. Disponível em: <https://lavrapalavra.com/2016/03/25/a-proletarizacao-do-pcb-pequena-cronica-de-um-golpe-burocratico-1930-1934/>. Acesso em: 25 out. 2023. p. 1.

²³ *Ibid.*

²⁴ PESSOA, R. X. C. **PCB: vinte anos de política 1958-1979: documentos**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. (A questão social no Brasil, 7). p. 205-206.

Evidentemente, a Terceira Internacional possui um papel essencial na articulação política partidária do PCB, em momentos apontando (ou até ditando) sua estratégia e tática revolucionária. Mesmo após sua dissolução em 1943, suas resoluções e análises continuaram marcando o partido, especialmente a concepção “etapista” do desenvolvimento social nos países do sul global.

A necessidade apontada pela Comintern de que as colônias, semicolônias ou países dados como “semifeudais” necessitariam perpassar por “etapas revolucionárias” para alcançar o socialismo, impregnariam a política do PC Brasileiro, influenciando toda sua análise nacional, sua estratégia e tática revolucionária até o golpe de 64. Portanto, é necessário compreendermos de que maneira essa análise da Internacional Comunista, mesmo após a sua dissolução, se traduziu dentro da política partidária e em sua visão da realidade brasileira.

2.2 A herança da Internacional Comunista e a estratégia para a revolução brasileira

Agora que compreendemos o papel que III Internacional teve, tanto pela sua influência, quanto pela sua intervenção direta, na construção do PCB, resta-nos entender de que forma suas teses, mesmo após a sua dissolução, foram traduzidas e continuaram existindo dentro da estrutura partidária. Para tanto, é necessário olharmos pra os seus congressos, que se qualificam como o momento mais importante de organização ou de reorganização partidária. Sendo assim, tomaremos conta de seu congresso mais próximo ao fatídico III Congresso nacional, marcado profundamente pela atuação direta da IC na estrutura do partido, olharemos para a política do PC Brasileiro a partir de seu IV Congresso.

Apesar desse grande espaço de 25 anos e os incontáveis acontecimentos nacionais e partidários que separam o III Congresso e o IV, ele representou a reestruturação do partido e a sua nova fase de organização que marcará sua ação durante toda essa segunda metade do século XX. Portanto, para compreendermos esse processo, foi necessário realizar uma análise da linha partidária instituída a partir de seu IV Congresso até a mais próxima profunda crise partidária que resultara na fragmentação do movimento comunista brasileiro e do partido, concretizada pelo VI Congresso de 1967.

Uma das marcas desses processos que definiram a ação política e a linha seguida pelo PCB, desde a interferência direta da Comintern no partido, partem de um pressuposto teórico comum na análise nacional: a ideia de semifeudalidade ou de semicolonialidade, de um país que é marcado pelo desenvolvimento tardio do capitalismo, repleto de relações “atrasadas” que o ligariam ao feudalismo. Portanto, por ser incapaz de ter desenvolvido o capitalismo

plenamente, o país se mostraria dependente do imperialismo norte-americano e necessitaria antes de tudo, de findar a revolução democrática burguesa e antifeudal que o país nunca tivera²⁵.

Dessa forma, grande parte da leitura do que o partido compreende como a realidade brasileira partiram dessas bases comuns. Tomemos por exemplo a forma com que as teses da Declaração Sobre a Política do PCB de 58 debatem a realidade brasileira:

Modificações importantes têm ocorrido, durante as últimas décadas, na estrutura econômica que o Brasil herdou do passado, definida pelas seguintes características: agricultura baseada no latifúndio e nas relações pré-capitalistas de trabalho, predomínio maciço da produção agropecuária no conjunto da produção, exportação de produtos agrícolas como eixo de toda a vida econômica, dependência da economia nacional em relação ao estrangeiro, através do comércio exterior e da penetração do capital monopolista nos postos-chave da produção e da circulação.²⁶

Aqui, o partido compreende o Brasil enquanto um país atrasado, onde o sistema capitalista ainda não foi capaz de se desenvolver como uma nação atrasada, dependente do capital estrangeiro, caracterizada por um semifeudalismo pujante nas relações do campo, entre a grande propriedade e o trabalho camponês, não-assalariado ou semi-assalariado. Porém, o que seria responsável por caracterizar esse “semifeudalismo” no Brasil? Quais são as categorias e fatores que podem indicar de forma sistemática o que constitui uma sociedade como uma de tipo semicolonial/semifeudal?

Difícilmente encontraremos essas definições nas resoluções partidárias, pouco há no que tange a um movimento profundo de análise da sociedade brasileira, que apontaria para a constituição de um país onde sua estrutura estaria caracterizada por uma espécie de “semifeudalismo”. No entanto, o cerne dessa análise possui uma origem bem definida no Sexto Congresso da Comintern que tenta definir as relações entre as colônias, semicolônias e os países imperialistas. Essas definições são de natureza fundamental para os rumos políticos do PCB, pois são as bases que traçam a sua visão da realidade brasileira e a ação política que deverá seguir nela.

Portanto, é imprescindível a compreensão das categorias que constituem a análise internacional da qual o partido se inspira. Para tanto, é necessário começarmos com a característica básica das relações de colonização: as de caráter exploratório ou continuador do domínio imperialista. Sobre a última, estas possuíam um processo de colonização pautado pelo excedente populacional, mantendo uma estrutura política equivalente (em maior ou menor nível) as das metrópoles, se caracterizando assim, como uma forma de continuidade ou de

²⁵ ROCHA JUNIOR, 2006.

²⁶ CARONE, 1982, p. 176.

extensão do domínio imperial. Já as colônias e semicolônias de primeiro tipo, que corresponderiam a grande maioria das colônias existentes, entre as quais, o Brasil estaria incluso, tomariam o papel de ser um polo de exploração, ou seja, de se transformar em principalmente, uma exportadora de commodities.

Para a continuidade desse ciclo de exploração, essas colônias e semicolônias deviam possuir (ou serem condicionadas a) uma eterna dependência da máquina imperialista. O curso de seu desenvolvimento deveria ser reduzido, retardado ou até revertido, de tal modo que apenas as estruturas mais essenciais para seu funcionamento deveriam ser desenvolvidas. Isso assume uma forma, onde tal lógica também implica a necessidade da continuidade de aspectos sociais e econômicos pré-capitalistas, como:

Agriculture in the colonies is compelled to a considerable degree to work for export, but peasant economy is thereby no means liberated from the oppression of its pre-capitalist features. As a general rule it is converted to a “free” trading economy by means of the subordination of the pre-capitalist forms of production to the needs of finance capital, the deepening of pre-capitalist methods of exploitation through subjection of peasant economy to the yoke of rapidly developing trade and usury capital, the increase of tax burdens, etc. The exploitation of the peasantry is increased, but the productive methods of the latter are not improved. As a general rule, the industrial working up of the colonial raw material is not carried out in the colonies themselves, but in the capitalist countries, and primarily in the metropolis. The profits obtained in the colonies are, for the most part, not expended productively, but are sucked out of the country and are invested either in the metropolis or in new spheres of expansion on the part of the imperialism concerned.²⁷

Contemplando a realidade brasileira, o latifúndio, de acordo com essa perspectiva, recaiu perfeitamente na noção de uma forma de produção exportadora, com formas de exploração pré-capitalista (que o partido toma como o pagamento em espécie e a exploração da terra), enquanto não houve realmente nenhum desenvolvimento das forças produtivas da produção agrária. O mesmo pode ser dito pelo desenvolvimento da indústria, que deve manter-se dependente, incapaz de se desenvolver a ponto de se tornar um polo industrial capitalista.

Assim, relegadas ao atraso, não por sua incapacidade, mas sim pela força de um agressor externo, essas colônias e semicolônias estariam fadadas a uma espécie de sistema que, avançado demais para ser considerado feudal e atrasado demais para ser considerado capitalista, se configuraria como uma espécie de “pré-capitalismo”. Porém, mesmo com o impedimento do desenvolvimento das forças produtivas, isso não significa que todas as classes dessas colônias

²⁷ INTERNATIONAL PRESS CORRESPONDENCE. Vienna: Offices and Central Despatching Department, v. 8, n. 88, 12 Dec. 1928. Special number. Disponível em: <https://www.bannedthought.net/International/Comintern/Congresses/6/RevMovementInTheColonies-Comintern-1928-crisp.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023. p. 14.

seriam prejudicadas, em especial, a classe dos grandes detentores de terra (os quais chamamos de latifundiários aqui) seriam aquelas que realmente se beneficiariam desse projeto de subdesenvolvimento e isso se dava por dois fatores: a continuidade das estruturas sociais que privilegiam a sua permanência enquanto classe dominante, como também o fortalecimento do seu acúmulo de capital, pois a economia girava em torno da produção de *commodities* e da especulação da terra. Portanto, essa burguesia rural teria como interesse a continuidade do subdesenvolvimento do capital e do próprio domínio imperialista da economia.

In any case, the capitalist enterprises created by the imperialists in the colonies (with the exception of a few enterprises established in case of military needs) are predominantly or exclusively of an agrarian-capitalist character, and are distinguished by a low organic composition of capital. Real industrialization of the colonial country, in particular the building up of a flourishing engineering industry, which might make possible the independent development of the productive forces of the country, is not accelerated, but, on the contrary, is hindered by the metropolis. This is the essence of its function of colonial enslavement: the colonial country is compelled to sacrifice the interests of its independent development and to play the part of an economic (agrarian-raw material) appendage to foreign capitalism, which, at the expense of the laboring classes of the colonial country, strengthens the economic and political power of the imperialist bourgeoisie in order to perpetuate the monopoly of the latter in the colonies and to increase its expansion as compared with the rest of the world.²⁸

Esse processo de “escravização” colonial não ocorreria sem afetar drasticamente as condições de vida da classe trabalhadora e camponesa. A subordinação imperialista, impedindo o desenvolvimento da produção industrial e da proletarização, causaria um desequilíbrio das forças produtivas, deslocando o foco da produção nacional para o setor agrário. Esse subdesenvolvimento condicionado cria uma contradição inescapável nesse cenário: ao mesmo passo que há o desenvolvimento de indústrias e de estruturas básicas para garantir a capacidade de exportação dessa produção agrária, não há uma quebra real da forma de produção passada.

O tensionamento da produção agrária, presa nesse paradoxo entre “passado” e “futuro” gera, por sua vez, a necessidade do acúmulo de terras por parte da burguesia latifundiária, que em consequência, cria a especulação sobre a terra (responsável por aluguéis superfaturados sobre ela), uma constante fragmentação da terra camponesa e a destruição das formas econômicas tradicionais.

Peasant domestic production and artisan production becomes more and more disintegrated. The development of trade creates an important stratum of native trading bourgeoisie, which fulfils also the functions of purchasing agent, usurer, etc. The predominance and hegemony of trading and usury capital, in the specific conditions of colonial economy, delays the growth of industrial capital. In the struggle for the internal market, national capital again and again meets with the competition of

²⁸ INTERNATIONAL PRESS CORRESPONDENCE, 1928, p. 72-73.

imported foreign capital in the colonial country itself and the retarding influence of pre-capitalist relations in the villages. In spite of these obstacles, there does arise in certain branches of production a native large-scale industry (chiefly light industry). National capital and national banks come into being and begin to develop.²⁹

Tal tese, mesmo décadas após a sua teorização, houve uma grande influência na construção do programa do movimento comunista brasileiro. Ao olharmos para o IV Congresso do PCB, realizado em 1954, vemos praticamente a mesma leitura que a Internacional Comunista realizara, agora, levemente adaptada para a realidade brasileira:

Por não possuírem terra e serem esmagados pelos restos feudais e escravistas, que permitem aos latifundiários viver parasitariamente da renda da terra e apoderarem-se de fato da maior parcela da produção, milhões de camponeses vivem em condições humilhantes, não podem desenvolver sua capacidade de produção e seu poder de compra. A penetração imperialista no país e a penetração capitalista na agricultura agravam ainda mais a situação das massas do campo, já que os restos feudais são conservados e mesmo quando são «modernizados» não aliviam de forma alguma a tremenda carga que significam para os camponeses trabalhadores. Aumenta o êxodo rural e a fome torna-se cada vez mais frequente entre as grandes massas camponesas, que estão completamente desamparadas e incapacitadas para enfrentar as consequências dos flagelos naturais, como as secas, as inundações, o granizo etc. Os camponeses arruinados, privados de terra, não podem desenvolver satisfatoriamente a agricultura e a pecuária e assegurar o abastecimento de víveres à população e de matérias-primas à indústria, não têm condições de adquirir equipamentos agrícolas os mais elementares nem de comprar uma quantidade mínima de artigos industriais.³⁰

Sendo esse o cenário que o imperialismo e a burguesia agrária impõem nas colônias, nos resta compreender as formas de resistência e de luta para a superação desse paradigma. Para isso, devemos nos voltar para as teses da Internacional, as quais indicam que, qualquer tentativa de reforma agrária que não atacasse radicalmente a divisão social das terras e a classe que as detém, pouco efeito teriam, pois:

The pitiful attempts at carrying through agrarian reforms without damaging the colonial regime are intended to facilitate the gradual conversion of semi-feudal landownership into capitalist landlordism, and in certain cases to establish a narrow stratum of kulak peasants. In practice this only leads to an ever-increasing pauperization of the overwhelming majority of the peasants, which again, in its turn, paralyses the development of the internal market.³¹

A única solução para a real superação dos restos semif feudais, estaria inseparável da luta pela soberania nacional e a destruição da classe latifundiária. Seria necessária uma revolução democrática, anti-imperialista, que eliminaria o inimigo externo, tal como todos seus

²⁹ INTERNATIONAL PRESS CORRESPONDENCE, 1928, p. 19.

³⁰ CARONE, 1982, p. 131.

³¹ INTERNATIONAL PRESS CORRESPONDENCE, 1928, p. 19.

colaboracionistas. Essa revolução democrática não apenas diz respeito aos trabalhadores e camponeses, mas também a chamada “burguesia nacional” e, portanto, ela é em outras palavras, a necessária “revolução burguesa” que foi relegada a essas colônias. Somente com o real desenvolvimento do capitalismo nessas colônias e semicolônias seria possível construir o caminho necessário para a eventual revolução socialista, porém, nas circunstâncias corretas, essa etapa poderia ser pulada e uma revolução socialista poderia ser concretizada sem o desenvolvimento do capitalismo.

A base dessas análises realizadas pela Comintern sobre as características da exploração das colônias e semicolônias, ainda estariam presentes como formas de compreender o cenário nacional nas resoluções dos congressos do PCB até a década de 70, muitas vezes, permanecendo praticamente inalteradas. Porém, para na análise realizada pelo partido, havia uma divergência aparentemente pequena a essas teses: a impossibilidade de transição imediata para um regime socialista no Brasil.

É essa divergência que delimitará as principais mudanças no programa político do PCB e na sua análise da realidade brasileira, marcadas principalmente pelas resoluções do IV Congresso de 1955³² e a Declaração Sobre a Política do PCB de 1958³³. Deusdedit Junior em seu artigo “A Interpretação Pecebista do Brasil”³⁴ aponta as mudanças programáticas do partido durante o período de 1955 a 1967, período em que o partido, pela primeira vez desde a sua fundação na década de 20, adotou uma postura de análise da realidade brasileira mais independente (ainda que muito influenciada) das visões da *Comintern*.

O IV Congresso do PCB é por si, um marco para o partido, pois ele representaria sua “passagem da juventude para a maioria³⁵”, sendo o primeiro congresso realizado em 25 anos e que carregaria o grande fardo de estabelecer um programa de salvação nacional. A partir dessas premissas, o partido passara a compreender a salvação nacional, como uma revolução de caráter: “democrático e de libertação nacional”, que se realizaria pela união do povo, dos comunistas e da “burguesia brasileira”, representantes das “forças revolucionárias antifeudais e anti-imperialistas”³⁶.

Dentro desse cenário, onde as forças feudais estavam representadas pelo latifúndio, há uma divisão interna sobre essa suposta “burguesia nacional”, onde parte dela teria seus

³² CORONE, 1982, p. 126.

³³ *Ibid.*, p. 176.

³⁴ ROCHA JUNIOR, 2006.

³⁵ PRESTES, Luiz Carlos. Reuniu-se o IV Congresso do Partido Comunista do Brasil. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 1365, p. 1-14, 28 nov. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/108081/per108081_1954_01365.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

³⁶ ROCHA JUNIOR, 2006, p. 7.

interesses na continuidade do domínio imperialista pois ele a beneficiara, e a outra parte teria interesse na expansão do mercado e da indústria nacional. Essa última burguesia, por não conseguir realizar seus interesses graças ao imperialismo norte-americano, poderia, portanto, ser uma aliada momentânea em “frente ampla anti-imperialista e democrática”. Reconhecendo o imperialismo norte-americano como a contradição principal a ser resolvida no país, ela deveria estar à frente das demais contradições de classe, como a contradição entre a burguesia e o proletariado, que pautam a existência de um partido comunista.

Na prática, essa noção significava que o partido reconhecia como inconciliável a necessidade de uma revolução-democrática, com a classe trabalhadora como dirigente do Estado em aliança com a burguesia. Somente após essa revolução-democrática seria possível o desenvolvimento das forças produtivas do país e em consequência, a criação das bases para uma revolução verdadeiramente socialista.

Porém, essa aliança não nasceria de forma igualitária, com as duas forças ocupando a mesma importância no processo revolucionário-democrático. A liderança dessa luta esteve baseada na liderança do PCB e:

[...] na aliança de operários e camponeses e dirigido pelo proletariado e seu Partido Comunista, o povo brasileiro realizará vitoriosamente este Programa, tomará os destinos da pátria em suas próprias mãos, fará do Brasil uma grande nação, próspera, livre e independente.³⁷

Para além de pensarmos quais seriam as possibilidades dessa dada “burguesia nacional” apoiar de fato, um projeto revolucionário que colocaria a sua classe antagônica no poder do Estado. Vale apontar que o PCB desse IV Congresso argumentava que “o Programa do Partido não só não ameaça seus interesses como defende suas reivindicações de caráter progressista, em particular o desenvolvimento da indústria nacional” (REF 4 Congresso). Para o capital estrangeiro e a burguesia que se alia a ele, o partido defende nada menos que o seu confisco, exceto caso dessas empresas estrangeiras possuam algum papel no desenvolvimento industrial do país.

Porém, ao limiar dos anos que gerariam a crise do movimento comunista internacional³⁸, a preservação da unidade do próprio partido estava em jogo e para protegê-la, seria necessário

³⁷ PROGRAMA do Partido Comunista do Brasil. Transcrição: Fernando A. S. Araújo. **Problemas - Revista Mensal de Cultura Política**, [s. l.], n. 64, 1955. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/programa.htm. Acesso em: 20 nov. 2023. p. 1.

³⁸ A crise do movimento comunista internacional se assenta de forma profunda com o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PCUS), onde Nikita Krushev realiza uma série de críticas a gestão soviética anterior e principalmente a Stalin, líder anterior da URSS. Esse relatório produzido por Krushev é significativo ao movimento internacional que seguia o modelo de partido marxista-leninista, pois forçou uma reestruturação

revisitar sua ação política. É dentro desse contexto de uma crise internacional do movimento e de ascensão de uma tendência nacional-desenvolvimentista dentro do partido, fruto da euforia das reformas do governo Juscelino Kubitschek que a “Declaração Sobre a Política do PCB” de 1958 nasce³⁹.

Por mais que nessas teses a análise do partido sobre as bases da sociedade brasileira se mantiveram as mesmas, afirmando o caráter semifeudal do campo e o caráter contraditório do desenvolvimento capitalista brasileiro e de suas respectivas burguesias (tanto a “entreguista”, quanto a “nacionalista”). É notável a diferença de tom em comparação com o programa político do IV Congresso, que se colocava como radical, apontando a impossibilidade de uma mudança real das estruturas de poder a não ser pela destruição da estrutura política brasileira. Nele era exigido a abolição do Senado Federal, uma ampla reforma do aparato policial e do exército, com uma reforma agrária radical, apontando que as:

Eleições e reformas devem ser aproveitadas e podem ser úteis à causa do povo, porém não determinarão transformações radicais nos destinos do Brasil. É errôneo supor que sem destruir as bases do atual regime reacionário seja possível libertar o Brasil do jugo dos imperialistas norte-americanos e livrá-lo da catástrofe que o ameaça.⁴⁰

Em contrapartida, o Programa de 1958 abre a possibilidade de sua tão sonhada Revolução Democrática ocorrer de forma pacífica, sem a necessidade de qualquer conflito direto, existindo dentro das formas legais de luta e de organização das massas. Assim, a partir do “aperfeiçoamento” dos instrumentos democráticos, de reformas graduais em todos eixos da vida política, pela pressão parlamentar e extraparlamentar, seria possível uma revolução anti-imperialista e antifeudal que finalmente findasse.

Anita Leocádia Prestes aponta que essa conferência foi decisiva para manter a unidade política do PCB, conciliando-se com a sua ala “renovadora”, o que em suma significaria “o abandono da luta armada e a adoção do caminho pacífico e eleitoral”⁴¹. A partir desse giro, o partido passou a reconhecer que o cenário do desenvolvimento capitalista no Brasil sofreu

das bases comuns que os partidos e movimentos comunistas possuíam naquele momento. TAFFARELLO, Paulo Moraes. **A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do "socialismo real"**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2009. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/taffarello_pm_me_mar.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

³⁹ PRESTES, Anita Leocádia. Da declaração de março de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. **Crítica Marxista**, [s. l.], n. 32, p. 147-174, 2011. Disponível em:

https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo237merged_document_247.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023. p. 148.

⁴⁰ PROGRAMA do Partido Comunista do Brasil, 1955, p. 1.

⁴¹ PRESTES, 2011, p. 148.

ganhos qualitativos, tornando-se já “inelutável”, porém, por ainda não ter conseguido eliminar seus elementos negativos, seu desenvolvimento era limitado pelas suas principais contradições: o domínio imperialista e as relações atrasadas semifeudais no campo.

Enquanto altera a velha estrutura econômica e cria uma nova e mais avançada, o desenvolvimento capitalista nacional entra em conflito com a exploração imperialista e a estrutura tradicional, arcaica e em decomposição. Este desenvolvimento se processa através de contradições, de avanços e recuos, mas é a tendência que abre caminho e se fortalece.⁴²

Repleto por essa visão “desenvolvimentista”, as teses de 1958 apontavam para a nova realidade brasileira, uma da qual o desenvolvimento rumo à revolução “nacional-democrática” já estava em curso e não era mais necessário fazê-la pela força. Nesse novo cenário que se instaura, qual é o papel que os comunistas brasileiros devem cumprir? A resposta se encontra dentro do próprio processo de expansão capitalista no Brasil e na sua forma mais pura de controle: o parlamento.

O processo de democratização se reflete no parlamento. [...] É igualmente inegável, porém, que vem aumentando nas sucessivas legislaturas o número de parlamentares nacionalistas e democráticos, integrantes dos mais variados partidos. Isto indica o aumento da influência da burguesia nesses partidos e a utilização do voto por grandes setores das massas, particularmente do proletariado, para apoiar uma política nacionalista e democrática. Se bem que o processo eleitoral ainda esteja submetido a restrições antidemocráticas, as massas têm conseguido influir na composição do parlamento e pressionando sobre ele com a ação extraparlamentar, já o levaram a adotar decisões positivas para a emancipação nacional, a exemplo do monopólio estatal do petróleo e da política nacionalista dos minerais atômicos.⁴³

O governo de Juscelino Kubistchek foi colocado como o ponto ápice desse processo contraditório de desenvolvimento, apresentando dentro de si um “compromisso frágil” tanto com a ala “nacionalista”, quanto com a ala “entreguista”. As contradições desse desenvolvimento se mostravam claras no governo que, marcado pelas suas concessões ao imperialismo norte-americano, via em seu seio o crescimento da luta pela transformação através das forças progressistas e nacionalistas. Para os comunistas e todas forças ditas progressistas:

É na luta contra o imperialismo norte-americano e os seus agentes internos que as forças progressistas da sociedade brasileira podem acelerar o desenvolvimento econômico independente e o processo de democratização da vida política do país. Para atingir este objetivo, as forças progressistas têm interesse em defender, estender e consolidar o regime de legalidade constitucional e democrática.⁴⁴

⁴² CARONE, 1982, p. 178.

⁴³ *Ibid.*, p. 179.

⁴⁴ *Ibid.*, p. 181.

O sinal de uma “abertura” democrática na política brasileira foi o bastante para causar um giro na estratégia revolucionária dos comunistas brasileiros para a via institucional. A radicalidade antes vista no congresso anterior, que visava uma ruptura completa com as estruturas de poder, foi então abandonada em prol de um avanço sem conflitos, refletindo na forma em que o PCB passou a tratar a reforma agrária:

3 - Medidas de reforma agrária em favor das massas camponesas — Redução das taxas de arrendamento e prolongamento dos seus prazos contratuais. Defesa dos camponeses contra a grilagem e os despejos. Facilitar aos camponeses o acesso à terra, particularmente junto aos centros urbanos e vias de comunicação. Garantia da posse da terra e entrega de títulos de propriedade aos atuais posseiros. Aplicação dos direitos dos trabalhadores do campo já consolidados em lei. Legislação trabalhista adequada ao campo. Facilitar aos camponeses o crédito bancário, particularmente do Banco do Brasil, os transportes, a armazenagem e a assistência técnica.⁴⁵

Não mais era exigido o fim do latifúndio e a redistribuição dessas terras aos camponeses, não mais era defendido a criação de uma política de preços mínimos de produtos agrícolas e pecuários que poderiam permitir o desenvolvimento do campo e o abastecimento da população, ao fim, não era a luta por uma reforma para os camponeses, mas sim apenas uma que pudesse ser favorável a eles.

O abandono da liderança proletária-camponesa não se mostrava apenas na forma em que o partido pensava a nova reforma agrária, ela se estendia para a forma com que o mesmo concebia a ideia da frente única a ser construída. Tal frente que antes, teorizada como aquele que teria à sua frente a classe operária e camponesa, que sobre a direção do partido comunista, arrastaria, por consequência, todas as demais classes sociais progressistas e nacionalistas⁴⁶, agora tinha um aliado tão importante quanto a classe trabalhadora. No Programa de 1958, essa nova aliada, passou a apresentar papel muito significativo na revolução brasileira: ela passou a se tornar a maior e mais importante aliada da classe trabalhadora na revolução. Nossa revolução nacional, democrática e libertadora, não mais teria somente como estrela principal a aliança proletária-camponesa e a direção do PCB, ela andaria em conjunto com a burguesia nacional.

Essa mudança não ocorria sem uma razão, ela partia do pressuposto que, visto a impossibilidade de parar a locomotiva do capitalismo brasileiro, que nunca havia alcançado tamanho desenvolvimento, os inimigos internacionais, a classe entreguista e os latifundiários já estavam com seus dias contados e, portanto, bastava somente continuar o que já foi posto em prática. Assim, não era mais necessário um embate sangrento com os inimigos nacionais, muito

⁴⁵ CARONE, 1982, p. 190.

⁴⁶ PROGRAMA do Partido Comunista do Brasil, 1955.

menos o uso da força, tudo já estava em seu devido lugar e o que não ainda estava, bastava pôr em marcha de aceleração. Portanto, não é de se espantar a possibilidade uma revolução “pacífica” quando existem todas possibilidades dentro do parlamento, que cada vez mais ocupado por “patriotas”, estariam dispostos a colocar a vontade popular em prática. Caso houvesse um impeditivo de qualquer uma dessas dadas classes reacionárias, apenas bastaria os meios de lutas constitucionais para revertê-las, pois nunca antes no cenário nacional houvera uma correlação de forças tão favorável a luta democrática.

Lado a lado a euforia dos avanços da máquina pública do governo Juscelino Kubitschek, o partido comunista caminhava com igual euforia com a sua crença na capacidade das reformas no novo cenário político brasileiro. Com a possibilidade de uma revolução pacífica, bastava o partido se empenhar em todos meios possíveis para o avanço dessas reformas e assim ele o fez. A ordem estava dada. Nas eleições de 1958, Luís Carlos Prestes⁴⁷ correu ao país emprestando o apoio dos comunistas para qualquer candidato que se apresentasse como um combatente do “entreguismo”, alinhado às forças nacionalistas⁴⁸.

Enquanto essa nova linha política se tornava a “vencedora”, ela não foi capaz de realizar o seu principal objetivo: a criação de uma unidade partidária. Seria muito cômodo acreditar que apenas uma fração do partido conseguiria impor sua política sem nenhuma resistência, principalmente aos comunistas, tão famosos pela sua cabeça dura, teimosia e animo incansável para brigar pelo que acham correto. Assim o foi, do seio desse acordo pela unidade, surgiu de forma mais organizada uma ala “de esquerda”⁴⁹, que exigia uma linha política mais radical, entendendo o programa de 1958 como um a reboque da burguesia:

⁴⁷ Conhecido também como o “Cavaleiro da Esperança”, Luís Carlos Prestes foi o líder da Coluna Prestes e secretário-geral do PCB de 1943 até 1980. Apesar de sua defesa pela unidade partidária nesse momento histórico, mais tarde viria a ser um dos maiores críticos da política partidária e do seu giro à direita, resultando até na sua quebra total com o PCB na década de 80. PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

⁴⁸ PRESTES, 2011, p. 151.

⁴⁹ Há nas edições do jornal *Novos Rumos* durante esse momento, um debate muito rico de defesa do programa e de crítica severa das teses de 1958, essas discussões podem ser vistas nas tribunas de debate instituídas no jornal do partido a partir da edição 60, perdurando até a sua edição de número 76. Dentro dessas tribunas, vemos uma gama variada de críticas as teses de 1958 e também a sua defesa. Podemos colocar como exemplo a tribuna de Carlos Danielli “Sobre as Teses Para Discussão”, que criticam a formulação da frente única proposta no programa de 1958, apontando-a como falha a sua ideia de se apoiar tanto na burguesia nacional e nos setores latifundiários que possuem contradição com o imperialismo, pois seriam setores vacilantes e que possuem contradições fundamentais com a base da frente ampla. DANIELLE, Carlos. *Sobre as teses para discussão. Novos Rumos*, Rio de Janeiro, ano 2, n. 62, p. 1-6, maio 1960. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/novos/pdf/per122831_1960_00062.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023. p. 4.

Para eles, a Declaração nada mais era do que uma posição oportunista, revisionista de direita, que encarava a revolução brasileira pelo ponto de vista da burguesia, negando assim a luta revolucionária.⁵⁰

Em contrapartida às denúncias de oportunismo e revisionismo, essa ala que se tornará vencedora também denunciaria seus adversários com quase os mesmos adjetivos, os chamando de revisionistas, dogmáticos e sectários. O embate desse grupo contra essa tendência “esquerdista” tomou sua maior forma dentro das resoluções do V Congresso, estabelecendo-se como hegemônica na política partidária:

A luta pelo desenvolvimento do Partido e pela realização de sua política exige a intensificação do trabalho ideológico, que deve estar voltado para o combate simultâneo às tendências dogmáticas e revisionistas. Em particular, é indispensável um esforço permanente para eliminar o sectarismo e o dogmatismo, que possuem raízes antigas e extensas na direção e nas fileiras do PCB. A fim de superar o dogmatismo e o revisionismo é necessário organizar em todo o Partido a educação ideológica em base marxista-leninista, unindo indissolavelmente os princípios do socialismo científico com o estudo da realidade brasileira e com a prática do movimento revolucionário em nosso país.⁵¹

O V Congresso vem como um movimento de definitiva consolidação daquilo que já estava presente nas teses de 1958: a necessidade da construção da frente única mais ampla possível, o entendimento da nova correlação de forças e por fim, a possibilidade da revolução se assentar pacificamente. Em sua, o novo programa se coloca como uma continuidade do que estava já estava posto em 1958, no entanto, ele também apresentou algumas diferenças importantes. Torna-se necessário que tracemos o que o V Congresso procurou instituir a fim de compreendermos o desenvolvimento político e as possíveis influências que essa ala à esquerda, derrotada, possuiu em sua constituição.

Assim, a construção de um congresso comunista, especificamente a de um que se orienta pelo marxismo-leninismo, é o ponto ápice de sua luta interna, da dominação de uma linha sobre a outra. Ao mesmo tempo é o maior momento onde acontecem suas concessões e construções de acordos entre adversários para a criação de uma “unidade” política e de ação.

Desse modo, as resoluções do V Congresso se iniciam abordando o objetivo do PCB de estabelecer uma sociedade socialista e as características econômicas do Brasil, seu padecimento da exploração imperialista, as características da classe dos latifundiários e da burguesia nacional, como também suas contradições com o imperialismo e a classe trabalhadora. Em suma, a

⁵⁰ TAFFARELO, 2009, p. 33.

⁵¹ NOVOS RUMOS. Rio de Janeiro: [S. n.], ano 2, n. 68, 12 maio 1960. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/novos/pdf/per122831_1960_00062.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023. p. 4.

análise empregada aqui, não difere daquilo que já fora dito nas resoluções congressuais do IV Congresso, como também das teses de 1958.

Logo após, o partido compreende que o estado atual da política brasileira, se coloca como o de um Estado heterogêneo, contraditório, que tenta ao mesmo tempo representar os interesses dos latifundiários, dos capitalistas “entreguistas” e estrangeiros, como também da burguesia nacionalista. Nesse cenário, se constata uma tendência à democratização, que pode, na medida em que essas forças reacionárias atuem, ser retardada ou interrompida temporariamente.

A prova do processo de democratização brasileira para o partido, se localiza dentro da própria constituição de 1946⁵² que, embora possua limitações, especialmente no que tange a reforma agrária, ela estabelece os instrumentos básicos para a luta popular e a emancipação nacional. A legalidade e luta parlamentar passou a se tornar uma forma genuína de travar o processo revolucionário de emancipação brasileira, pois:

[...] ainda que o processo eleitoral esteja submetido a restrições antidemocráticas, as massas conseguem influir na composição do Poder Legislativo e obter a aprovação de reivindicações populares e de medidas anti-imperialistas. Essa tendência à democratização se reflete, igualmente, nas forças armadas, embora estas continuem a ser órgãos de repressão a serviço do Estado. Particularmente no seio do Exército desenvolve-se uma importante corrente nacionalista que participa ativamente da luta anti-imperialista e possui tendências democráticas. O Poder Judiciário não tem ficado à margem desse processo de democratização.⁵³

Da mesma forma essa tendência poderia ser encontrada no seio de todos partidos brasileiros, até os de tendência conservadora, repletos de contradições e embates internos entre setores entreguistas e nacionalistas dentro de si. Ainda mais avançado estariam os partidos

⁵² Dentro desse contexto pós Segunda Guerra Mundial, a constituição de 46 chega como uma desarticulação e de falência do período do Estado Novo. A fim de tentar se manter no poder, Vargas realiza uma série de reformas democráticas, como a extinção do Departamento de Imprensa e Propaganda, instrumento de censura e propaganda do Estado Novo. Ocorre a anistia dos presos políticos e a legalização da formação de partidos políticos, incluindo a oficialização do PCB. Na tentativa de mobilizar as classes populares ao seu favor, com políticas de caráter nacionalista, como a lei antitrustes, que rapidamente foi revogada, Vargas descontentou os setores mais conservadores e liberais da sociedade, que com o auxílio de setores do exército, realizaram uma tentativa de um golpe, buscando retroceder as reformas e depor Vargas. A deposição foi de fato um sucesso, porém, o golpe não findaria e a campanha proferida pelos comunistas pela constituinte junto com o apoio popular pela redemocratização do país, seriam essenciais para a vitória da constituinte. Assim, a constituição de 1946, nasce a partir do desenrolar da queda do Estado novo e da tentativa de golpe fracassada, contando com a presença de Prestes e mais 14 comunistas na constituinte, que apesar de não terem conseguido maioria e, portanto, aplicarem à constituição seus ideais, conseguiram, no entanto, a impor um caráter muito mais progressista. PRESTES, Anita Leocádia. Os comunistas e a Constituinte de 1946 - por ocasião do 60º aniversário da Constituição de 1946. **Estudos Ibero-Americanos**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 171-186, dez. 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1362/1067>. Acesso em: 20 nov. 2023.

⁵³ NOVOS RUMOS, 1960, p. 3.

urbanos de base popular, que tomam em certa medida, posições em defesa da classe trabalhadora e dos interesses nacionais. Em consequência desse cenário, o governo não poderia ter outra posição senão a de uma pendência entre responder aos interesses do capital norte-americano ou aos nacionais.

Na prática, essa posição de conciliação entre os interesses do imperialismo e os nacionais era incapaz de ser realizada, pois a pressão sempre pedia para um lado, o lado do capital monopolista estadunidense. A consequência disso era clara e se colocava bem visível ao partido:

À medida que os aspectos negativos da política do atual governo se tomam mais evidentes, cresce entre as forças nacionalistas e populares a aspiração por um governo efetivamente capaz de mudar de rumo e empreender novos passos no sentido da emancipação e do progresso do País.⁵⁴

A tendência a democratização não estava apenas no nascimento e fortalecimento de partidos populares e nacionalistas, na maior organização de sindicatos e no crescimento dos movimentos camponeses. Entendo que:

A revolução brasileira se processa na era da transição do capitalismo para o socialismo, quando um terço da humanidade vive sob o regime socialista. A superioridade crescente do socialismo sobre o capitalismo no plano mundial, o desenvolvimento ascendente do movimento de libertação dos povos e o conseqüente debilitamento do sistema imperialista exercem poderosa influência favorável ao crescimento das forças anti-imperialistas e democráticas no Brasil.⁵⁵

O movimento de libertação dos povos e o grande sucesso dos países socialistas tiveram um papel chave na revolução brasileira e compunha um elemento essencial para a concretização a mesma. Além disso, as revoluções socialistas, nacionalistas e anticoloniais que se assentaram nessa década, especialmente a Revolução Cubana⁵⁶ eram a prova da podridão e morbidade do sistema imperialista. A luta emancipatória repercutia em toda América Latina e nos países que sofriam pelo jugo do imperialismo como um apoio inexplicável a causa nacional e a sua possibilidade real de vitória.

⁵⁴ NOVOS RUMOS, 1960, p. 3.

⁵⁵ *Ibid.*, p. 3.

⁵⁶ A Revolução Cubana possui uma influência inestimável que possui um impacto permanente no movimento comunista brasileiro, mostrando a possibilidade real da vitória de uma revolução imediatamente socialista. Além disso, Cuba também teve um papel ativo no treinamento e de apoio aos revolucionários latino-americanos. SALES, Jean Rodrigues. O Partido Comunista Brasileiro e Cuba nos anos 1960: defesa da revolução e crítica ao foquismo. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 93-119, dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/12612>. Acesso em: 20 nov. 2023.

A solidariedade entre o movimento dos oprimidos de todo o mundo, sua luta pela real independência e o apoio dos países socialistas suscitaria assim, em um novo balanceamento das correlações de força, agora favoráveis a manutenção da paz entre os povos, a coexistência pacífica dos modelos sociais distintos.

Apesar de contraditória, a ideia de “um movimento pela paz entre os povos e seus sistemas sociais” que tinha em seu cerne o esmagamento do imperialismo, a revolução mundial e a solidariedade irrestrita (e em certos casos, apoio direto) a luta revolucionária de todos os povos. Para o partido, a situação internacional era uma de luta constante pela paz:

[...] são cada vez mais poderosas e influentes as forças que defendem a causa da paz, reflecte-se em nosso país estimulando a resistência ao imperialismo norte-americano e a luta por uma política externa de paz e amizade com todos os povos, inclusive com a União Soviética, a República Popular da China e demais países socialistas.⁵⁷

Uma das mudanças perceptíveis dessas resoluções em comparação com as teses de 1958, foi o caráter mais radical que o partido atribuiu a classe latifundiária e a reforma agrária, compreendendo-as não como algo que deveria ser “favorável” aos camponeses, mas que deveria mudar de forma radical toda a estrutura agrária, ao abolir por completo a classe latifundiária.

A transformação radical da estrutura agrária, com a eliminação do monopólio da propriedade da terra, das relações pré-capitalistas de trabalho e, conseqüentemente, dos latifundiários como classe.⁵⁸

Porém, ao mesmo passo que a questão da terra tomava uma posição mais à esquerda, pautando a destruição da classe latifundiária, a tática da revolução democrática se mantinha intacta. A possibilidade de uma revolução de caráter socialista no país era vista como impossível e na verdade, não era nem sequer necessário a destruição do Estado para a criação de um novo.

A realização dessas tarefas implica em transformações revolucionárias na sociedade brasileira. Exige uma profunda mudança na correlação de forças políticas e a passagem do Poder estatal às mãos das forças anti-imperialistas e antifeudais — a classe operária, os camponeses, a pequena burguesia e a burguesia ligada aos interesses nacionais — entre as quais o proletariado, como a força revolucionária mais conseqüente, deverá ter o papel dirigente.⁵⁹

⁵⁷ NOVOS RUMOS, 1960, p. 3.

⁵⁸ *Ibid.*, p. 3.

⁵⁹ *Ibid.*, p. 3.

Não seria necessário a destruição da estrutura política brasileira, pois suas bases, criadas na constituição de 1946 já seriam sólidas o bastante. A maior necessidade para a revolução democrática seria, portanto, a eliminação de seus piores elementos: as classes entreguistas, o imperialismo e reformas de caráter popular no Estado brasileiro, para, desse modo, propulsionar o desenvolvimento real do capitalismo brasileiro, fator primordial para a construção de uma revolução comunista.

Além disso, as teses do congresso tocaram em outros temas candentes que não foram bem desenvolvidos anteriormente nos congressos partidários, como é o caso do caráter da frente única, é colocada como uma frente nacionalista e democrática. Essa frente, não preza pela construção de uma organização que possa aglutinar as mais diversas classes em um interesse comum, pelo contrário, ela se construiria a partir das ações práticas, desenvolvendo-se:

[...] a luta por objetivos nacionais e democráticos de carácter parcial. Manifesta-se em múltiplas formas concretas de unidade de ação ou de organização. Entre estas, a mais importante, atualmente, é o movimento nacionalista.⁶⁰

Dessa forma, essa frente ampla tomaria essa palavra de ordem, se estabelecendo da forma mais ampla possível, agrupando toda e qualquer força e movimentação política possível para o avanço de seu interesse em comum, a reivindicação de políticas nacionalistas.

Sendo composta de forças sociais diversas, que se unem em tomo de interesses comuns, mas conservam também interesses opostos, a frente nacionalista e democrática encerra contradições. Enquanto o proletariado, os camponeses e as massas populares são firmes na luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas, a burguesia ligada aos interesses nacionais não tem firmeza na luta anti-imperialista, tende aos compromissos com o inimigo, e certos sectores burgueses assumem atitude vacilante em relação à reforma agrária. Há, finalmente, sectores de latifundiários e capitalistas que podem adoptar, eventualmente, posições nacionalistas, mas querem conservar a estrutura agrária actual e preconizam um regime político reaccionário.⁶¹

É claro que essa frente única, com a configuração das mais distintas classes que eram propostas a compô-la, estaria fadada a contradições inconciliáveis dentro de seu seio e a um processo de luta interna pela hegemonia dessa frente. No entanto, o partido reconhecia essa problemática e apontava que:

[...] dentro da frente única visamos tomar mais coesas as forças que lutam por objectivos comuns, motivo por que as contradições de interesses e divergências de

⁶⁰ NOVOS RUMOS, 1960, p. 3.

⁶¹ *Ibid.*, p. 3.

opinião dentro da frente única podem ser enfrentadas sem romper a unidade, embora não devam ser ocultadas e venham a causar choques e atritos.⁶²

A unidade se tornaria a força mais importante dessa frente a ser construída, porém, a base de sua construção se assentaria na necessidade de uma direção que não fosse imposta à força, em outras palavras, foi necessário que o partido não atuasse como um fator hegemônico dessa frente desde a sua constituição. A consequência dessa visão, implicaria em uma forma de “reboquismo”, que colocaria a estratégica revolucionária do partido como um “apêndice” da frente, a ser desenvolvida a partir das demais forças nacionalistas, da sua atuação e da capacidade de disputa interna dentro delas. A hegemonia só seria conquistada na medida em que a luta política se desenvolveria, passando de alguma forma para as mãos da classe operária:

[...] A direção do movimento passará às mãos da classe operária, à medida em que os elementos conciliadores forem isolados, como consequência de suas atitudes de compromisso em relação ao inimigo, e as massas se convencerem, por sua própria experiência, de que somente o proletariado, sob a direção do Partido Comunista, é capaz de conduzir até o fim a luta pela libertação nacional e pelas transformações democráticas.⁶³

Essa era uma mudança radical comparada à tática do IV Congresso, reafirmando a nova linha política instaurada nas teses de 58 e apontando a mudança definitiva da estratégia de hegemonia proletária para uma a reboque das correlações de força da frente ampla e do governo.

Colocando lado-a-lado a forma com que o Congresso passado abordava essa mesma questão da hegemonia proletária, as diferenças se tornam claras. Sua força reside na a aliança operário-camponesa, a base que a constitui e que somente a partir dela é possível criar a frente ampla:

Para substituir o governo de latifundiários e grandes capitalistas pelo governo democrático de libertação nacional, à aliança de operários e camponeses unir-se-ão os intelectuais, cientistas, escritores, artistas, técnicos, professores, pessoas de todas as profissões liberais, que também sofrem com a atual situação do país e não querem ser escravos dos colonizadores norte-americanos. Unir-se-ão aos operários e camponeses, por idênticos motivos, os empregados no comércio, nos escritórios e nos bancos, os funcionários públicos, as pessoas que trabalham por conta própria, os sacerdotes ligados ao povo, bem como os soldados, marinheiros, cabos, sargentos e oficiais das forças armadas. À aliança de operários e camponeses unir-se-ão os artesãos e os pequenos e médios industriais e comerciantes, que sentem as consequências desastrosas do domínio norte-americano e da política de traição nacional do governo de latifundiários e grandes capitalistas, unir-se-ão ainda parte dos grandes industriais e comerciantes que também sentem a concorrência dos imperialistas norte-americanos e sofrem os efeitos da política, econômica e financeira desse governo.⁶⁴

⁶² NOVOS RUMOS, 1960, p. 3.

⁶³ *Ibid.*, p. 4.

⁶⁴ PROGRAMA do Partido Comunista do Brasil, 1955, p. 1.

Aqui, a frente ampla só é possível de existir na medida em que a classe operária e camponesa possui sua hegemonia. É só a partir de sua liderança (sempre guiada pelo partido comunista) que é possível a união de forças das demais classes oprimidas pelo imperialismo. Nesse cenário, por mais que não seja necessário que essa frente se torne uma instituição enrijecida, com caráter partidário, ela só pode existir e tomar forma pela sua direção popular que na medida em que avança, arrasta as demais forças consigo.

Essa mudança de paradigma não ocorre de forma isolada, mas é consequência da própria postura que o partido possui em relação ao governo e a sua configuração atual. O “reboquismo” nasceu como uma tática necessária para a disputa de um governo nacionalista capaz de levar à frente as políticas nacionalistas:

Esse governo pode ser conquistado dentro dos quadros do actual regime, como resultado da luta de massas e da mudança na correlação de forças políticas. Na situação actual do País, um governo nacionalista e democrático pode ser formado como consequência da pressão das massas trabalhadoras e populares e das correntes anti-imperialistas e democráticas no sentido de mudar a política e a composição do governo, fortalecendo e ampliando o sector nacionalista nele existente. Pode ser formado também através da mobilização das massas para alcançar a vitória dos candidatos nacionalistas e democráticos nos pleitos eleitorais.⁶⁵

A participação proletária estaria aqui, atrelada a sua participação governamental e principalmente, à reivindicação da participação dos comunistas na composição do governo nacionalista:

A participação da classe operária em um governo nacionalista e democrático depende, fundamentalmente, do papel que os trabalhadores desempenharem na luta anti-imperialista e na vida política do País, depende do crescimento do movimento de massas e do grau de unidade e organização do proletariado. Os comunistas consideram que é seu dever, como representantes da classe operária, reivindicar sua participação em um governo conquistado pela frente nacionalista e democrática. Entretanto, na medida em que tal governo realize uma política patriótica e democrática, os comunistas o apoiarão resolutamente, mesmo que não façam parte de sua composição, e continuarão lutando para dele participar.⁶⁶

Com o avanço das reformas dessa etapa da revolução, esse governo revolucionário deveria, como própria forma de sobrevivência contra as forças reacionárias, adotar uma postura cada vez mais radical na sua política e composição. Em resposta a essa necessidade, as classes mais firmes desse processo, compostas pela classe operária e outros setores populares:

⁶⁵ NOVOS RUMOS, 1960, p. 4.

⁶⁶ *Ibid.*, p. 4.

[...] devem estar preparados e vigilantes para, através da pressão de massas, vencer as tendências conciliadoras e impulsionar o governo no sentido de acções mais radicais contra o imperialismo e as forças reaccionárias internas.⁶⁷

Somente com esse processo de “afunilamento” das forças da frente ampla e a conquista consequente de sua hegemonia, seria possível a concretização dos objetivos mais radicais da revolução democrática anti-imperialista e antifeudal:

A formação de um governo nacionalista e democrático não significa ainda a solução completa das tarefas fundamentais da actual etapa da revolução. Para isso, é necessário eliminar radicalmente a exploração do capital imperialista e pôr fim ao monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários. Estes objectivos ultrapassam o âmbito das reformas parciais, implicando em transformações económico-sociais de profundo conteúdo revolucionário. Sua realização exige, portanto, que o Poder estatal esteja nas mãos das forças mais revolucionárias da sociedade, interessadas em transformações anti-imperialistas e democráticas radicais.⁶⁸

Seria fundamental que a classe trabalhadora tomasse a hegemonia dentro desse processo revolucionário, que ela tome a liderança, que ela liderasse a revolução democrática para assegurar a transição ao socialismo.⁶⁹ Assim como apresentamos, nota-se que essa hegemonia debatida durante o V Congresso ocorre por meios distintos e a partir de situações distintas.

A possibilidade de uma “revolução pacífica e sem derramamento de sangue” e a crença de que a correlação de forças, tanto internacionalmente quanto nacionalmente, abria caminhos para governos progressistas capazes de cumprir a tarefa da revolução democrática que nunca foi alcançada nacionalmente. Nesse sentido, a questão da hegemonia não poderia ser construída anterior à frente única, pautando seus avanços e a construindo a partir da hegemonia proletária e a direção do partido comunista, aglutinando todas as forças que pudessem se tornar aliados da luta democrática naquele momento.

A hegemonia proletária, só poderia ser construída de forma paralela a construção da frente ampla, se desenvolvendo na medida em que esta consegue avançar em suas reformas, conseguindo, em consequência, maior apoio das massas e das camadas populares para avançar com maior firmeza a revolução. O papel do proletariado, sobre a direção do partido comunista, se tornaria o braço firme que manteria o avanço da frente única, eliminando todos os elementos “ruins”.

O período de virada para a década de 60 marcou, na política partidária, uma mudança derradeira no seu entendimento do cenário da política brasileira, sua tática e suas concepções

⁶⁷ NOVOS RUMOS, 1960, p. 4.

⁶⁸ *Ibid.*, p. 4.

⁶⁹ *Ibid.*, p. 4.

de qual deve ser o processo revolucionário brasileiro. Preso à euforia das reformas do governo de Juscelino Kubitschek, as maiores possibilidades de sua legalização e dos avanços das reformas de base que o partido por tanto tempo lutara, significaram uma ressignificação do papel dos comunistas e de sua luta nacional.

A revolução nacional democrática, antes impossível de ser alcançada sem a destruição completa das bases da sociedade brasileira (como a necessidade de abolição do senado) para a construção de um tipo novo de organização social, agora poderia ser realizada pelas estruturas do Estado. Essa nova política partidária apesar de possuir os exatos mesmos objetivos e análise sobre os problemas fundamentais da nação, abandonou o ideal de uma quebra total dos vínculos que unem a sociedade brasileira e abraçou com a maior disposição a crença da possibilidade de uma revolução pacífica vinda de reformas. Em outras palavras, o giro político do Partido Comunista Brasileiro da segunda metade da década de 1960, constituiu-se com a mais plena forma do reformismo.

2.3 O Golpe de 1964 e a reorganização partidária

No dia primeiro de abril de 1964, à justificativa de defender o país do “perigo vermelho”, o golpe militar se concretizou e utilizou-se dessa mesma narrativa para manter sua coesão interna durante todo regime ditatorial⁷⁰, alcançando seu ápice logo após o golpe graças ao movimento de guerrilhas que se organizaram contra a ditadura.

No dia 31 de março, na badalada do golpe, esperava-se que os legalistas, as esquerdas e principalmente os comunistas, encabeçados principalmente pelo PCB, teriam uma postura firme e combativa contra ele, porém, a realidade provou-se outra. Nesse sentido, Gaspari na obra “A Ditadura Envergonhada”⁷¹, nos apresenta uma série de documentações que remontam a “força” do Partido Comunista Brasileiro, que talvez durante o governo Jango, tenha encontrado o “apogeu”, possuindo força e adesão surpreendentes (com quase 40 mil militantes organizados no momento do golpe)⁷², aglutinando, além de setores sindicais, camponeses e operários, setores militares e até membros de alto escalão da cúpula militar. Há de se questionar,

⁷⁰ MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

⁷¹ Gaspari nos apresenta um trabalho extremamente interessante em compreender como os militares e o movimento golpista se organizaram, nos apresentando uma luz mais orgânica desse momento, com as contradições, desavenças internas e até resistências destes quadros contra o golpe. O autor também apresenta uma documentação extensa sobre a força que o PCB possuía até a consolidação do golpe, mas há ressalvas da abordagem que o autor realiza em sua obra. GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

⁷² *Ibid.*, p. 85.

no entanto, se essa força realmente seria capaz de se traduzir em uma força organizativa. Sobre isso, Anita Leocadia Prestes nos aponta que:

Durante o período de relativas liberdades anterior ao golpe reacionário de março de 1964, as esquerdas haviam subestimado tanto a necessidade de elaboração programática quanto o trabalho de organização e de conscientização das forças populares para levar adiante o processo revolucionário no país. Com o estabelecimento da ditadura, o esforço de organização e conscientização das massas ficaria muito mais demorado e difícil.⁷³

Mais adiante, Prestes ressalta que:

O partido não esperava o golpe e não se havia preparado para enfrentá-lo. Mesmo na Comissão executiva do Comitê Central, em que predominavam as posições esquerdistas, não haviam sido tomadas medidas práticas para fazer frente à repressão. A maioria esquerdista acreditava que a pressão exercida sobre Jango o faria avançar no caminho da superação da conciliação e da realização das reformas, até mesmo ultrapassando os limites da legalidade constitucional. Os adeptos das posições esquerdistas coincidiam com os adeptos das concepções reformistas ao confiarem, tanto uns quanto os outros, no “esquema militar” de Goulart, abdicando na prática do trabalho de organização, conscientização e mobilização popular.⁷⁴

O Partido Comunista Brasileiro confiando demais nas forças legalistas, se mostrou totalmente despreparado para a crise política que se assentou. Falhou em analisar a seriedade do golpe e não foi capaz de organizar realmente qualquer um de seus quadros militares, por fim, o golpe se instaurou sem qualquer resistência realmente relevante por parte dos comunistas.

Pouco tempo após o golpe, já em maio de 1964, a Comissão Executiva do partido, naquele momento em que estavam presentes apenas alguns de seus membros (e mais especificamente, aqueles que estavam à esquerda do V Congresso, como Marighella)⁷⁵, publicou a primeira análise da nova política do país⁷⁶. Nessa nota, era afirmada que as posições tomadas e os erros cometidos pelo PC Brasileiro teriam sido erros de direita, pois além da confiança exagerada depositada na capacidade de João Goulart⁷⁷ em lidar com o dispositivo

⁷³ PRESTES, Anita Leocádia. O PCB e o golpe civil-militar de 1964: causas e consequências. **Estudos Ibero-Americanos**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 150-168, jan./jun. 2014. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/18138/pdf_82. Acesso em: 20 nov. 2023. p. 160.

⁷⁴ *Ibid.*, p. 162.

⁷⁵ A figura de Carlos Marighella e seu papel como uma oposição de esquerda dentro do partido será tratada mais adiante, onde debateremos sua produção intelectual e suas críticas ao partido.

⁷⁶ *Ibid.*, p. 163.

⁷⁷ João Goulart também conhecido como Jango, antigo Ministro do Trabalho do governo Vargas, vice-presidente do governo JK e Jânio Quadros, foi presidente do Brasil durante o período de 1961 a 1964, quando foi deposto pelo golpe de 31 de março ou de primeiro de abril. Sua política foi marcada por uma tentativa de uma emancipação econômica brasileira e a ampliação dos direitos sociais a partir das reformas de base. Suas reformas e a tentativa de emancipação econômica nacional, se mostrariam um perigo para o capital norte-americano e internacional, se tornando uma das razões que justificariam o apoio norte-americano no golpe militar de 1964.

militar, as reformas que queriam ser realizadas também necessitariam de uma quebra real com a política de conciliação de Goulart e com o Congresso, que naquele momento, era ocupado, em sua maioria, pelas dadas forças reacionárias, por fim, era apontado que a luta pela queda da ditadura poderia tomar muitos meios, inclusive pelas armas e, portanto, o partido deveria estar preparado para tal⁷⁸.

Essa posição não duraria muito e já em 1965, com a primeira reunião do Comitê Central do partido após o golpe, seria redigida mais uma nota, que reafirmava a justeza da linha política adotada pelo V Congresso. Rejeitando completamente a nota publicada em 1964 e apontando-a como ilegítima⁷⁹, nessa nova resolução era criticado algumas posições do partido, como a de sua exagerada confiança em Goulart para lidar com o aparato militar, seu certo reboquismo frente a burguesia nacional, ressaltando que:

[...] na raiz de nossos erros está uma falsa concepção, de fundo pequeno-burguês e golpista, da revolução brasileira [...] É uma concepção que admite a revolução não como um fenômeno de massas, mas como resultado da ação das cúpulas, ou, no melhor dos casos, do Partido. Ela imprime à nossa atividade um sentido imediatista, de pressa pequeno-burguesa, desviando-nos da perspectiva de uma luta persistente e continuada pelos nossos objetivos táticos e estratégicos, através do processo de acumulação de forças e da conquista da hegemonia pelo proletariado.⁸⁰

O Comitê Central se fecharia perante essa análise, compreendendo que a política instituída pelo V Congresso Nacional era justa, mas defeituosa. Seu maior erro seria ter confiado demais no governo e abandonado em certos momentos a sua própria linha política e sua ação conjunta com as massas.

Diante desse novo cenário político e dos novos posicionamentos do partido, surgiriam as preparações para o VI Congresso nacional marcado para 1967 e nelas seriam postas as mais duras críticas a estratégia política do PCB frente à ditadura, sendo um dos maiores expoentes dessa crítica, Carlos Marighella.

SILVA, Aline de Vasconcelos. João Goulart e as reformas de base. **Textos & Debates**, Boa Vista, v. 1, n. 32, p. 5-20, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/4182>. Acesso em: 20 nov. 2023.

⁷⁸ PRESTES, 2014, p. 164.

⁷⁹ *Ibid.*, p. 163.

⁸⁰ RP, p. 15 *apud* PRESTES, 2014, p. 166.

3 DA LUTA INTERNA À DISSIDÊNCIA: O ROMPIMENTO DO CENTRALISMO DEMOCRÁTICO

Nascido em 1911 em Salvador, Bahia, Carlos Marighella, filho de um imigrante italiano e de uma mulher negra dedicou. Já aos 18 anos se tornaria militante do Partido Comunista Brasileiro, marcando sua dedicação pela luta pelo socialismo e a libertação dos trabalhadores que perdurou até os seus últimos dias⁸¹.

Sua vida foi marcada por uma incansável resistência e firmeza aos seus ideais. Foi preso em 1932, em 1936 onde foi torturado e novamente em 1939, só saindo do cárcere em 1945 com a anistia geral do fim do período do Estado Novo. Em 1946 Marighella foi eleito como deputado à Assembleia Constituinte, permanecendo nesse cargo até a sua cassação em 1948, ficando na clandestinidade até o final de sua vida. Logo após a concretização do golpe de 1964, em uma tentativa de prisão pelo DOPS, Marighella foi baleado com um tiro à queima roupa em seu peito, quase o matando. Após sua recuperação, foi levado a interrogatório e preso, sendo solto em 1965 por decisão judicial. Desse ocorrido, nasceria em 1965, uma das obras mais importantes de Marighella: “Por que Resisti à Prisão”, onde o autor conta com detalhes as razões de ter resistido a abordagem do DOPS, sua experiência enquanto preso político e o papel dos comunistas e das forças progressistas no combate à ditadura⁸².

Além de ter sido marcado pela sua dedicação à causa revolucionária, tornando-se um dos dirigentes do partido, grande parte do desenvolvimento intelectual de Marighella se fez no seio das discussões do PCB sobre a questão agrária, a fundação da Aliança Libertadora Nacional, a estratégia e tática dos comunistas, como também a forma que o centralismo democrático havia tomado dentro do partido⁸³.

Isso mudaria logo após a publicação da Declaração sobre a Política do PCB em 1958, Marighella já marcaria a sua posição de esquerda frente ao novo programa político do PCB, tecendo críticas e o considerando como “rebaixado e direitista”.⁸⁴ Após o golpe militar e o começo da reorganização do partido pela preparação para o seu VI Congresso Nacional, Marighella se opôs fortemente a linha partidária que estava sendo delimitada, lavando-o ao desligamento da comissão executiva do partido e mais tarde, à expulsão do PCB.

⁸¹ MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995. p. 153.

⁸² *Ibid.*

⁸³ PEREZ, Ricardo Perez. **Trajetória intelectual de Carlos Marighella: do PCB à ANL**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/3635>. Acesso em: 20 nov. 2023.

⁸⁴ *Ibid.*, p. 14.

Poucos meses antes de publicar sua crítica às teses preparatórias do VI Congresso Nacional⁸⁵, publicara o artigo “Luta Interna e Dialética”, onde abordaria a necessidade da luta interna no seio do partido, apontando que a derrota do partido marxista é consequência direta da sua falta de acúmulos, ou também da influência da ideologia burguesa⁸⁶. A luta interna, reconhecida como uma luta puramente ideológica por Marighella, fruto do esforço dos membros do partido em criarem uma consciência unificada que faria jus ao proletariado, não poderia ser reconhecida como uma faceta da luta de classes, pois o partido comunista não era composto por classes antagônicas, assim:

Os que discordam no interior do partido não são inimigos de classe. As discordâncias são uma contingência dialética do desenvolvimento da consciência e derem ser toleradas e admitidas normalmente.

Na luta interna não se trata de liquidar quadros. Não se trata de aplicar medidas de coação.

Quando a luta interna é encarada como luta de classes no interior do partido, estamos em face de um desvio, de um desvirtuamento do marxismo e sua filosofia.

Ter a luta interna na conta de luta de classes (ou de uma forma de luta de classes) é um procedimento que estimula a prepotência, favorece o clima do culto à personalidade, fomenta o poderio individual ou a luta de grupos.⁸⁷

Apesar da complexidade de inferirmos sobre a realidade da luta interna partidária da época, a tribuna de Marighella e outros documentos de anos posteriores de outros militantes do partido, como a “Carta aos Comunistas” de Luís Carlos Prestes⁸⁸, nos apresentam um sintoma de um partido fechado e incapaz de ser crítico de sua própria posição, com uma direção rígida, centralizada e autoritária.

A falta de espaços para um debate interno real, para a possibilidade de um movimento de autocritica da ação partidária e de sua direção, não era algo que começava naquele momento. Desde o V Congresso, já era claro a constante ênfase do partido em combater o sectarismo e o esquerdismo, assinalando uma maior restrição dos debates às ideias radicais. Após a deflagração do golpe militar e os primeiros posicionamentos do Comitê Central, a tendência se acentuou e

⁸⁵ Diferente das tribunas de debates que ocorrem durante todo o período preparatório de um congresso e são publicadas para o amplo acesso de todos aqueles interessados, as teses preparatórias em sua maioria, documentos internos de circulação restrita a militância partidária. Dessa forma, seja pelo caráter já restrito do documento, seja pela falta de sua publicização, não conseguimos ter acesso as teses preparatórias do congresso, porém, é correto inferir que boa parte dessas teses se manteriam quase intactas nas resoluções do VI Congresso do partido.

⁸⁶ MENEZES, C. Luta interna e dialética. **Tribuna de Debate**, [s. l.], n. 4, p. 1-8, 10 out. 1966. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/debate/pdf/tribuna_debates.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

⁸⁷ *Ibid.*, p. 3.

⁸⁸ PRESTES, Luiz Carlos. Carta aos comunistas, março de 1980. Transcrição: Fernando A. S. Araújo. **Arquivo Marxista na Internet**. [S. l.], maio 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>. Acesso em: 20 nov. 2023.

levou o partido a se tornar uma organização profundamente autoritária, que fecharia do debate interno e cassaria os críticos de sua política. Esse autoritarismo e as grandes levadas de expulsões que dele decorreram, ficariam marcados pela fragmentação do partido e a criação de movimentos ou até mesmo partidos que se contrapunham a política pessebista, como é o caso do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário, fundado por grupos de militantes que foram expulsos do PCB⁸⁹.

Esse posicionamento persecutório e autoritário usava como justificativa a “quebra do centralismo-democrático” para perseguir ou coagir aqueles que apresentassem uma visão distinta daquela dos quadros dirigentes do partido era denunciado por Marighella:

É igualmente errôneo considerar a luta interna como luta desordenada, visando a desrespeitar o centralismo democrático, princípio diretor da estrutura e funcionamento do partido, onde a unidade e a disciplina permanecem necessária e obrigatoriamente como fundamentos partidários.

Difundir a intolerância, exercer qualquer tipo de coação, liquidar quadros, fracionar, abalar a unidade e a disciplina, são métodos condenáveis e condenados na luta interna. Não sendo uma luta entre inimigos, a luta interna tem que obedecer necessariamente a um método capaz de fazer avançar o partido marxista do proletariado, sem destruí-lo internamente e sem debilitar sua unidade ou enfraquecê-lo perante o inimigo de classe.

Dentro do partido não se pode evitar a luta interna. Os que pensam impedir ou deter a luta interna (ou diante dela se omitem) desconhecem a inexorabilidade das leis que presidem ao desenvolvimento social.⁹⁰

Dentre os militantes que sofreram represálias por apresentar visões distintas da direção partidária, estava Marighella. Após a publicação de sua obra “Por que resisti à prisão”⁹¹, da qual abertamente se manifestou contra as análises das situações que levaram ao golpe e as formas de combatê-lo através da Resolução Política do Comitê Central realizada em 1965⁹². Marighella em sua “Carta à Executiva”⁹³ pedia a demissão do órgão executivo, apontando a falta de democracia interna no partido e de liberdade de crítica. Nela é apontada a omissão que seu livro sofreu pela direção do partido, que havia imposto barreiras na sua publicação e

⁸⁹ Silveira em seu artigo “Dissidência comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960” nos aponta em detalhes o caminho em que se seguiram os rachas e as justificativas que eles possuíam, começando pelo seu primeiro racha, que gerou o Partido Comunista do Brasil (PcdoB) e do segundo racha que gerou o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). SILVEIRA, Éder da S. Dissidência comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960. *Anos 90*, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 291-322, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/29301>. Acesso em: 7 nov. 2023.

⁹⁰ MENEZES, 1966, p. 3.

⁹¹ MARIGHELLA, 1995.

⁹² CARONE, 1982, p. 15.

⁹³ MARIGHELLA, Carlos. Críticas às teses do comitê central. In: EDITORIAL LIVRAMENTO (ed.). *Escritos de Carlos Marighella*. São Paulo: Livramento, 1979a. p. 89-97.

cerceado o seu debate, entendendo que como parte da direção partidária, Marighella não poderia discordar publicamente da política do partido.

Em conjunto com a falta de uma democracia interna saudável no partido, as teses para o congresso realizado em 1967 viriam a se tornar o ponto final para a dissidência de Marighella com o PCB. Em seu artigo “Críticas as Teses do Comitê Central”⁹⁴, ele aponta os principais problemas com a postura tomada pelos comunistas brasileiros, sendo a maior, a falta de luta pela hegemonia proletária dentro do partido.

Em nenhum ponto desse capítulo se chama a atenção para a oposição popular à ditadura. Ao contrário, destaca-se que setores burgueses prejudicados pela política econômico-financeira se opõem à ditadura. "Sua oposição à ditadura — afirma a Tese 51 — apesar de ser vacilante e tendente ao compromisso, é de importante significação para o fortalecimento da frente democrática"⁹⁵.

Sua análise denuncia a concepção de que o partido, erroneamente, apostara suas cartas em uma parcela da burguesia nacional, esquecendo-se da necessidade da protagonização do proletariado para a luta revolucionária:

As "Teses" denominam erradamente burguesia nacional a um setor da alta burguesia, apresentado como não tendo ligações com os monopólios estrangeiros. A verdade, entretanto, é que toda a alta burguesia está ligada ao capital estrangeiro e ao latifúndio, e nada tem a ver com a burguesia nacional, denominação que, se fosse aceita, somente poderia ser aplicada à média e pequena burguesia.

Em consequência do enfoque errado do problema da burguesia e de sua estrutura, as "Teses" 13, 35 e 51 cometem os maiores absurdos em nome da burguesia nacional. E o pior é que, confundindo a burguesia nacional (média e pequena burguesia) com a grande burguesia, as "Teses" ficam subordinadas a esta última.⁹⁶

Além dessas questões, Marighella percorre as demais teses apontando o seu caráter não apenas conciliatório, como também impossível de se pôr em prática, concebendo como um devaneio idealista a crença de que um Estado revolucionário em coalizção com essa dada burguesia, seria capaz de levar à frente seus objetivos revolucionários. A crença que a libertação completa do imperialismo, a eliminação do latifúndio, a realização de reforma agrária radical, como também a distribuição em maioria dos frutos do desenvolvimento nacional para a classe trabalhadora era algo sem qualquer respaldo na realidade.

É impossível, porém, para um poder estatal revolucionário do qual faz parte a burguesia, em regime pluripartidário, realizar os objetivos assinalados, inclusive a

⁹⁴ MARIGHELLA, 1979a, p. 99-111.

⁹⁵ *Ibid.*, p. 104.

⁹⁶ *Ibid.*, p. 102-103.

reforma agrária radical. Isto somente se daria com a burguesia brasileira se ela estivesse desvinculada dos monopólios imperialistas e do latifúndio.

Acrescente-se o fato de que o programa chega até a prever a distribuição dos frutos do desenvolvimento em benefício principal das massas trabalhadoras da cidade e do campo, o que somente é possível com a eliminação da contradição entre a propriedade privada dos bens de produção e consumo e o caráter social da produção, ou seja, a liquidação do capitalismo. Estaríamos diante de uma situação em que o capitalismo seria liquidado por um poder estatal do qual participasse a burguesia.⁹⁷

O programa se demonstra assim, totalmente inviável e contraditório para um cenário em que um governo de coalização entre a classe trabalhadora e a burguesia nacional governassem. Essas teses, portanto, apresentariam ou um caráter esquerdista, que rejeitaria por completo a aliança com a burguesia nacional, pois seu programa significa a sua eliminação, ou um caráter de pura “ilusão de classe”, acreditando que seria possível que a burguesia nacional aceitasse de bom grado reformas profundas que caminhariam totalmente contra seus interesses econômicos⁹⁸.

Marighella também denuncia como a tática principal do partido não se encontra no trabalho das bases populares em oposição à ditadura, pelo contrário, atribuíam-se, de acordo com ele, mais importância às camadas ligadas à burguesia do que as que foram prejudicadas pelo regime, apontando que:

A Tese 54 dá relevo à oposição de personalidades e de setores dos partidos extintos, assim como à oposição parlamentar e, principalmente, do MDB, e acrescenta: “Ainda débil e tímida, essa oposição, que se expressa principalmente no Movimento Democrático Brasileiro, constitui fator positivo para a mobilização das forças populares”. A vida já se encarregou de destruir essa ilusão. O MDB acomodou-se à ditadura de Castelo Branco e agora volta-se para Costa e Silva. Em seguida, pede o apoio a manifestações em defesa das liberdades, propondo-se aumentar a oposição burguesa.⁹⁹

Aliado a isso a crença do partido de que ainda haveria setores das forças armadas dispostos a lutar pelas forças progressistas¹⁰⁰, esses posicionamentos seriam mais uma vez a repetição dos mesmos erros que o partido realizara antes do golpe: isto é, confiar que a luta nacionalista, agora também contra a ditadura, se daria principalmente pelos setores da burguesia e não pela organização popular. “Tais incongruências ocorrem nas ‘Teses’ porque se quer aceitar a crença de que a burguesia é a força capaz de servir de líder à revolução brasileira”.¹⁰¹

⁹⁷ MARIGHELLA, 1979a, p. 103.

⁹⁸ *Ibid.*

⁹⁹ *Ibid.*, p. 104.

¹⁰⁰ *Ibid.*

¹⁰¹ *Ibid.*, p. 104.

Isso se agrava na medida em que, mesmo que o partido reconheça a possibilidade da instauração de uma guerra civil, ainda é adotada uma postura “ambígua” frente a estratégia de combate contra a ditadura. Se antes do golpe, o partido reconhecia que a revolução brasileira seria possível por “meios pacíficos” e tudo deveria ser feito para segui-lo, agora não havia nenhum horizonte geral de luta¹⁰². Portanto, para Marighella, as teses que viriam ser consolidadas nas resoluções do VI Congresso do PCB, caíam nos mesmos erros que deixaram o partido tão impotente frente ao golpe, repletas das mesmas ilusões de uma burguesia que tomaria frente ao embate, não possuindo nenhuma estratégia real para vencer a ditadura.

A Tese 67 afirma que, devido ao agravamento da luta política, da repressão policial e das limitações legais, o perigo agora é o sectarismo e o esquerdismo. Com essa concepção, em vez de estimular o espírito combativo do Partido, o que buscam as “Teses” é dar-lhe um banho de água fria. E assim continuaremos cautelosos, acomodados, à espera das condições legais e do debilitamento da ditadura. Fazendo autocrítica por erros de esquerdismo, as “Teses” fogem ao combate contra a influência ideológica da burguesia e à luta contra as ilusões de classe.¹⁰³

Em busca da unidade partidária frente a ditadura, mais uma vez o partido evocava o “perigo esquerdista” em seu seio, fechando em si mesmo o que poderia ser aceito como um desvio da linha ou não. As limitações da autocrítica que o partido fez de sua atuação, reconhecia como um erro suas reivindicações por reformas e mais direitos no governo Jango, confundindo-as com posições “esquerdistas”, se negando a ver o seu despreparo teórico e ideológico frente a derrocada do golpe, como também após ele.¹⁰⁴ O partido assim, estaria infectado pela “ideologia burguesa”, adotando uma posição conformista, amena, aversa a iniciativa de inflar e tomar proveito de todas as formas de luta, tanto institucionais, quanto ilegais, para mobilizar as massas a destruir a ditadura.

Por fim, Marighella aponta formas de superar essas linhas e evoluir o debate acerca da construção de um movimento que não se restringe em apenas derrubar a ditadura, mas também pavimentar ao caminho para a revolução brasileira, sendo estas sugestões: a fomentação do trabalho no campo, a discussão da real necessidade (ou falta) de uma revolução democrática-burguesa, as medidas de disputa pela organização popular e principalmente, a disputa pela hegemonia proletária¹⁰⁵.

¹⁰² MARIGHELLA, 1979a, p. 105.

¹⁰³ *Ibid.*, p. 107-108.

¹⁰⁴ *Ibid.*, p. 99-106.

¹⁰⁵ *Ibid.*, p. 108-111.

O debate acerca das teses, a linha a ser criticada, desaguava em última instância, na necessidade inevitável de lutar pela hegemonia do proletariado na luta contra a ditadura. Somente a hegemonia da classe trabalhadora perante essa frente ampla, seria capaz de realmente impulsionar as forças contra a ditadura na sua derrubada, seria a única capaz de pavimentar as tão necessárias reformas de base, como também a instituição de um Estado popular que por fim, ofereceria as condições para a consolidação da revolução. A negação desses preceitos pelo partido, se tornaria para Marighella, a repetição dos mesmos erros cometidos em 1964, a aliança que se basearia na conciliação desses interesses seria vacilante, quando não falha ou ilusória, a história se repetiria e a ditadura se institucionalizaria em sua plenitude.

3.1 A linha de Marighella: a luta pela hegemonia de massas

Durante 1966, Marighella publicaria uma de suas principais obras, debatendo a tática de combate à ditadura que viria a adequar e ser as bases da ALN, sua organização terrorista revolucionária. “A Crise Brasileira”, realiza uma análise da crise política instaurada com o golpe militar, compreendo-a, como parte intrínseca do sistema político brasileiro, mas que se consolida também pelos interesses imperialistas estadunidenses, procurando manter e expandir sua hegemonia e lucros¹⁰⁶. Portanto, a única forma de definitivamente acabar com a ditadura deveria atacar dois pontos: o governo militar e a expulsão total das forças imperialistas do Brasil.

Para tanto, traçou-se as falhas do Partido Comunista em se organizar antes do golpe, suas limitações e erros, que em parte, já foram abordadas em suas críticas as pré teses do VI Congresso. Marighella¹⁰⁷ também apontou que, em decorrência do caráter extremamente repressivo da ditadura, cada ato constitucional, revelava o caráter autoritário e repressivo do regime. Portanto, se torna claro que aderir somente ao caminho da legalidade não é mais possível, a partir de então, faz-se necessário pegar em armas e resistir à ditadura. O caminho pacífico se mostraria ineficiente tendo em vista o caráter autoritário e violento do regime:

¹⁰⁶ MARIGHELLA, Carlos. A crise brasileira. In: EDITORIAL LIVRAMENTO (ed.). **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Livramento, 1979b. p. 49-50.

¹⁰⁷ Afim de manter a aparência da legalidade da ditadura, o regime militar procurou pelos Atos Institucionais (AI) e Atos Complementares, a base no aparato jurídico como forma de institucionalizar a ditadura de fato. O primeiro Ato Institucional por exemplo, dava ao presidente a capacidade de decretar Estado de Sítio, suspender direitos políticos e a realização de alterações na constituição. O mais famoso e terrível de todos os atos, o AI-5, seria responsável pela suspensão da garantia de *habeas corpus* e a restrição de qualquer direito público ou privado e a cassação de mandatos eletivos. BECHARA, G. N.; RODRIGUES, H. W. Ditadura militar, atos institucionais e poder judiciário. **Revista Justiça do Direito**, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 587-605, set./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/5611>. Acesso em: 9 nov. 2023.

A adoção — mais uma vez — de um caminho pacífico por parte dos marxistas não lhes permitiria tomar a iniciativa, nem desencadear nenhuma ação decisiva contra a ditadura e sua pretendida institucionalização. E isto porque a ditadura está baseada na força, que é o principal elemento empregado contra o povo e contra a oposição. O único efeito de um novo caminho pacífico, tentado à guisa de solução da crise brasileira, seria impelir os marxistas a um erro de cálculo e a uma inevitável colaboração com a ditadura, em benefício dos interesses das classes retrógradas. [...] Este outro perigo (do caminho pacífico) — cuja ocorrência não exclui o emprego da violência e da força militar por parte da ditadura — seria o envolvimento das forças populares e nacionalistas. Nesse caso, os marxistas — seguindo uma estratégia norteada pelo caminho pacífico — poderiam ajudar a transformar o Brasil num país social-democrático, exercendo em nome dos Estados Unidos o papel de freio do movimento de libertação da América Latina.

O caminho pacífico da revolução brasileira — no momento atual — teria o efeito de prosseguir alimentando ilusões no povo, e minaria o moral das forças populares e nacionalistas, que precisam de estímulo revolucionário.¹⁰⁸

O caminho pacífico colocaria a burguesia como o fio condutor da frente ampla e desmoralizaria o proletariado e as forças nacionalistas, pois enquanto classe vacilante e retrógrada, ela não possui os mesmos interesses das classes revolucionárias em levar a cabo as reformas que lhes prejudicariam. Deixar a luta contra a ditadura na mão da burguesia seria também abandonar o ímpeto revolucionário das massas e a possibilidade de avançar rumo a revolução socialista.

A ditadura, tal como o imperialismo norte-americano deixou claro que a única forma de resistência cabível a esse sistema, seria por meio da revolta armada e pelas guerrilhas. Porém, essas guerrilhas não são apenas uma tática de resistência armada perante a ditadura, de uma luta para restaurar um estado democrático de direito, elas são também uma forma de disputa de massas, de disputar a sua hegemonia no movimento de libertação nacional:

Muitos outros elementos táticos têm que ser mudados na nova situação. O movimento de massas — por cuja mudança de qualidade devemos continuar lutando — já não pode visar, nas condições atuais, a pressão sobre o governo, como se tivesse por finalidade modificar a política e a composição da ditadura. O objetivo do movimento de massas é levar a ditadura à derrota, substituí-la por outro governo.¹⁰⁹

É importante compreendermos que a guerrilha, não como um movimento para si, que termina em si mesmo, mas como parte de um processo maior da construção de um movimento de massas, denunciativo, que é capaz de apresentar as contradições da ditadura, se opondo sistematicamente contra ela, contra toda figura que a apoiara e contra toda sua forma de institucionalização. O conflito armado se torna assim, uma ferramenta capaz de revelar a impopularidade e a farsa formava o regime militar, sendo capaz de arrastar as massas para a

¹⁰⁸ MARIGHELLA, 1979b, p. 61.

¹⁰⁹ *Ibid.*, p. 52.

luta política, seja pelas armas, seja pela mínima janela da institucionalidade. Para que isso viesse a ocorrer, seria necessário que o campesinato e a luta pela terra possuíssem um caráter central nesse processo:

Atuando com as forças básicas da revolução, o trabalho mais importante, aquele que tem caráter prioritário, é a ação no campo, o deslocamento das lutas para o interior do país, a conscientização do camponês. No esquema estratégico brasileiro, o pedestal da ação do proletariado é o trabalhador rural. A aliança dos proletários com os camponeses é a pedra de toque da revolução brasileira. Ela significará um grande passo à frente — ou seja, a substituição do esquema burguesia-proletariado por um plano estratégico marxista. Nesse plano, o camponês e o campo desempenharão o papel decisivo no apoio à luta das massas urbanas. E é sob esse aspecto que se trata de abrir uma segunda frente. O que quer dizer que não devemos limitar nossa ação exclusivamente às cidades, onde, aliás, além dos entendimentos de cúpula, necessitamos de uma profunda penetração entre o proletariado nas grandes empresas. Isto é indispensável. Mas não haverá possibilidade de êxito estratégico, a não ser com a segunda frente, no campo.¹¹⁰

Um ponto importante da análise de Marighella sobre a ditadura era a de que o sistema eleitoral se tornara nada além de um teatro, que encenava a existência de um Estado democrático. O teatro eleitoral se tornara claro, pois era evidente que a ditadura nunca iria dar chances a um dirigente contrário ao regime poder assumir qualquer posição relevante no governo. Além disso, Marighella aponta que o problema da ditadura e da crise política instituída, não seria um problema único do momento histórico que o Brasil vivia, mas sim derivaria de um eixo estrutural, advindo da sua incapacidade de suportar suas demandas, em outras palavras, a organização dos meios de produção brasileiros e as características de sua economia:

São estas relações de produção que estão em crise — se assim podemos dizer. Pois já não se harmonizam às condições exigidas para o nosso progresso e desenvolvimento. E constituem um obstáculo ao avanço de nossas forças produtivas. O que se torna evidente pelo domínio do imperialismo norte-americano sobre a propriedade e a economia brasileira, pela predominância e o monopólio da propriedade territorial latifundiária, pelo desajuste na apropriação dos frutos do trabalho, pela desproporcional distribuição dos bens materiais, acentuando a acumulação das riquezas em mãos de uns poucos privilegiados, enquanto milhões de brasileiros vegetam, reduzidos à mais rasa miséria.¹¹¹

Portanto, as razões pelas quais a estrutura política brasileira se encontra em uma crise eterna, não se dão simplesmente pela ditadura, mas sim pela sua organização política e pela própria invariabilidade que são as crises do capital. Um dos fatores mais importantes que constituiriam essa estrutura, seria o próprio imperialismo e a relação de dependência

¹¹⁰ MARIGHELLA, 1979b, p. 62.

¹¹¹ *Ibid.*, p. 55.

condicionada que ela gera. Seria graças ao imperialismo que o Brasil se caracterizaria como uma nação onde o capital não se desenvolveu em sua plenitude, onde sua própria burguesia interna se demonstrou fraca demais para conseguir alavancar qualquer desenvolvimento desse capital, só conseguindo um real avanço inicial pelas mãos do Estado e a construção das siderúrgicas, as petroleiras e as indústrias de energia¹¹².

Marighella compartilhava da visão de que o golpe de 1964, contra o governo de Goulart, havia sido uma das soluções que a burguesia adotaria para responder suas contradições internas, caracterizadas pelo subdesenvolvimento, a dependência do imperialismo e a existência do latifúndio:

Daí porque tais soluções vão desde o emprego da força e a supressão das liberdades até a tentativa de reformas de maior ou menor amplitude. O período do governo João Goulart foi aquele em que um setor da burguesia tentou ir mais longe na luta pelas reformas. Seu inevitável fracasso foi o resultado das limitações próprias da burguesia brasileira, marcada pela tendência à conciliação e à capitulação, como consequência lógica de suas condições de classe e pelo seu entrelaçamento com o imperialismo e o latifúndio.¹¹³

A partir desses pontos, compreendemos que na medida em que há uma continuidade da visão do PCB na forma com que Marighella iria compreender as estruturas da sociedade brasileira como atrasadas, repletas de restos feudais, que necessitavam, portanto, passar por “etapas revolucionárias”, etc. Há também uma quebra com a interpretação do cenário político do momento pelo PCB, que ainda procurava uma possível aliança travada no binômio “burguesia-proletariado”, onde o partido estaria colocando nas mãos da classe mais vacilante, a solução dos problemas estruturais que afligem o país, ao mesmo passo que estaria deixando de lado a classe do campesinato, como também o proletariado, transformando as massas que realmente constituem a nação, como coadjuvantes dessa frente ampla.

Apesar das críticas que Marighella possui contra a centralidade que a burguesia nacional tinha no processo revolucionário do PCB, ele ainda veria nela um potencial, pois os seus interesses também eram prejudicados pelo imperialismo. A burguesia nacional deveria se tornar uma aliada momentânea na luta contra a ditadura, ela seria entendida como uma força vacilante, importante, mas perigosa para o sucesso da revolução¹¹⁴. Afim de evitar que mais uma vez o proletariado estivesse a reboque da burguesia, era necessário o fortalecimento do operariado e a aliança com o campesinato:

¹¹² MARIGHELLA, 1979b, p. 56.

¹¹³ *Ibid.*, p. 57.

¹¹⁴ *Ibid.*, p. 58.

Em qualquer caso, mas sobretudo em face do binómio burguesia-proletariado, nós — os que seguimos o marxismo-leninismo — não temos outro recurso senão construir a força do proletariado, para não ficarmos subordinados à burguesia [...]. Mas este não é o único fator da acumulação de força. Sejam quais forem as circunstâncias, o decisivo é ter trabalho no campo, é levar as massas rurais à luta, vendo no camponês o aliado fundamental do proletariado. A inconstância e o atraso do trabalho no campo constituem o lado fraco da revolução brasileira e da liderança marxista — o que tem provocado repetidos insucessos.¹¹⁵

É justamente pelas características estruturais do país, pelo imperialismo norte-americano, pela burguesia vacilante, o carácter repressivo e teatral da ditadura, que a luta armada deveria na visão de Marighella, ser alçada. Ela lideraria todas as formas de resistência contra a ditadura, aprofundando a formação dessa frente-única:

Ninguém acredita que se possa convidar as massas agora para a insurreição popular. Não haveria nada. Também ninguém verá vantagem em enfrentar a ditadura, desencadeando lutas e suportando violência, se afirmarmos que nossa perspectiva é uma saída pacífica. É como prometer o céu aos que sofrem na terra. [...] Os meios empregados são os que as massas aceitam. Mas os comunistas devem dar exemplo do impulso revolucionário, que não se obtém — evidentemente — baseando nossa luta numa perspectiva pacífica.¹¹⁶

Porém, o movimento armado de forma alguma excluiria as formas de organização e de revolta legais, as forças revolucionárias devem se organizar a partir das formas que as massas aceitarem e tomarem proveito de qualquer oportunidade possível para alavancar a luta contra a ditadura. Aonde quer que as massas estivessem, quaisquer que fossem os lugares que ocupassem a ação revolucionária deveria as alcançar e combinar as suas forças:

Para o desenvolvimento das lutas, o princípio básico é a combinação das formas de luta e organização legais e ilegais, e a utilização de todas e quaisquer possibilidades legais, no terreno da defesa das reivindicações nacionalistas e democráticas, inclusive camponesas, no terreno da política interna ou externa, ou no terreno jurídico. Isto implica em atuar com firmeza onde quer que haja massas — nos sindicatos, nas organizações populares, feministas, estudantis, camponesas e quaisquer outras. O objetivo de tal atuação é desencadear e apoiar lutas e estimular a combatividade das massas. O princípio da combinação das formas de luta e organização é subordinado à compreensão e ao reconhecimento da importância das lutas camponesas, cujo desencadeamento exige a abertura de uma segunda frente na luta política do Brasil.¹¹⁷

Tal organização política, a partir de qualquer janela possível de organização contra a ditadura, deveria ser seguida pelos preceitos marxista-leninistas, procurando não apenas reformas, mas a abertura de caminhos para a instauração do poder popular. As massas devem

¹¹⁵ MARIGHELLA, 1979b, p. 60.

¹¹⁶ *Ibid.*, p. 57.

¹¹⁷ *Ibid.*, p. 71.

ser as protagonistas da guerrilha, do movimento sindical, das manifestações, de toda essa frente-ampla, desse movimento de luta de classes que se torna tão aparente em uma ditadura empresarial-militar e que deve permanecer fiel em sua perspectiva revolucionária:

O princípio fundamental da tática marxista é que, em qualquer fase da luta do proletariado, torna-se obrigatório lutar pela conquista de um tipo de governo, ou melhor, de um poder que abra caminho para a completa libertação nacional, econômica, política e social do povo. Quer dizer, que abra caminho para a solução do problema estratégico.¹¹⁸

Assim, não há outra forma de compreender a guerrilha de Marighella, senão na luta pela hegemonia das massas, pela protagonização do proletariado (incluindo o campesinato) na luta contra a ditadura e pela sua necessidade, de lutar para realmente oferecer as rédeas para a criação da Revolução Brasileira. O rompimento com o partido representava a necessidade inseparável de superar a passividade, de sair do reboquismo de uma “burguesia progressista”, de ser, finalmente, o partido ou movimento, do proletariado e pelo proletariado.

¹¹⁸ MARIGHELLA, 1979b, p. 71.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste trabalho, buscamos compreender a trajetória da interpretação da estratégia revolucionária do PCB, a influência que a Terceira Internacional possuiu na formação teórica, ao assinalarmos como o partido passou a entender a estratégia para a revolução brasileira e quais foram as críticas que surgiram dela.

Como notamos, o PCB nasceu se enquadrando nos moldes da Internacional Comunista, tomando para si a forma de organização partidária bolchevique e principalmente, a análise das estruturas gerais da situação dos países “atrasado e semifeudais”. Transpondo-as quase que completamente na análise da sociedade brasileira, o partido vai entender como sua maior necessidade a realização da “Revolução Democrática”, ou seja, a realização de uma espécie de revolução burguesa que seria capaz de finalmente instaurar o capitalismo no Brasil e extirpar de suas terras os restos feudais e o imperialismo, construindo assim, as bases para a revolução socialista.

Mantendo as bases da análise da realidade brasileira, o que vai diferenciar a política do partido ao longo da década de 1950 e 1960, vai ser a estratégia que traçada para alcançar a revolução brasileira, reconhecendo em seu IV Congresso, a classe operária e o campesinato como a força motriz da frente ampla, como a única capaz de arrastar consigo as demais classes vacilantes e levar a cabo a revolução.

Em outro momento, influenciado pelas ideias nacional-desenvolvimentistas, a partir de 1958, tem-se a publicação das teses sobre a política do partido, reconhecendo como possível a realização de uma revolução pacífica, a partir de então o PCB passa a entender que a burguesia nacional e demais forças nacionalistas deveriam possuir um maior papel na construção de uma frente ampla, esta pautaria a construção de uma segunda frente mais ampla, com maior unidade entre suas forças, deixando de pautar a hegemonia proletária como a força motriz da revolução.

A partir da década de 60, o partido veria em seu seio um rompimento da unidade que tanto pautou. Dos debates que marcaram a formulação de seu V Congresso, nasceram alas de esquerda críticas à política pacifista partidária, as quais passaram a reconhecer a estratégia como reformista e revisionista.

Entendendo essas alas sectárias, dogmáticas e revisionistas, o partido as veria como um risco à unidade partidária e ao seu desenvolvimento ideológico e que, portanto, deveriam ser combatidas. Essa postura toma forma pelas resoluções do V Congresso e refletem na estrutura partidária, que cerceará o debate, censurando e coagindo aqueles que apresentassem críticas a

direção e a linha política instituída. Desse abafamento do debate e da democracia interna nascerá o Pcdob.¹¹⁹

Após o golpe militar, na tentativa de reorganizar a luta contra a ditadura, o PC Brasileiro decidira evitar o combate armado, “botar suas fichas” na possibilidade de uma reorganização da burguesia, das forças democráticas e de setores do exército darem rumo a queda do regime militar. Na mesma medida, a censura e o cerceamento ao debate alcançariam um novo nível no partido, que em razão da ditadura recém-instalada, adotaria uma postura autoritária, vendo qualquer crítica à política partidária como um grave risco a sua unidade. Diversos militantes seriam expulsos ou se desligariam do partido, criando partidos novos (como foi o caso do PCBR)¹²⁰, ou iniciativas próprias de combate a ditadura.

Dentre estes militantes estaria Carlos Marighella, que desde o imediato do golpe¹²¹ levantaria duras críticas a direção, organização e a estratégia partidária. Compreendendo a estratégia do partido como uma conformista, que caía nas mesmas ilusões de classe, onde uma burguesia seria capaz de levar a cabo reformas contraditórias com seus interesses, tentou ao máximo denunciar os erros e tensionar o debate interno no partido.

Assim, entendemos que Marighella, em suas críticas a estratégia partidária, apontava algo que o partido havia abandonado desde as teses publicadas em 1958: a necessidade inescapável da hegemonia proletária. Para ele, o dever de todo comunista perante a ditadura é de se levantar contra ela, de negar o conformismo e a “institucionalidade”, de, pelas armas e por quaisquer meios possíveis, levar a radicalização do proletariado e do campesinato. A revolução brasileira só poderia ser para o proletariado e pelo proletariado, aceitando qualquer força que quisesse aliar-se a ela, mas nunca perdendo de vista que somente o proletariado seria capaz de libertar-se. Isto é, somente a hegemonia das massas, força que constitui a sociedade brasileira, poderia (e pode!) concretizar o sonho revolucionário.

¹¹⁹ SILVEIRA, 2012.

¹²⁰ *Ibid.*

¹²¹ FERREIRA, Muniz. Radicalizando a política: a crítica de Marighella às posições do PCB no imediato pós 64. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3463>. Acesso em: 20 nov. 2023.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECHARA, G. N.; RODRIGUES, H. W. Ditadura militar, atos institucionais e poder judiciário. **Revista Justiça do Direito**, [s. l.], v. 29, n. 3, p. 587-605, set./dez. 2015. Disponível em: <https://seer.upf.br/index.php/rjd/article/view/5611>. Acesso em: 9 nov. 2023.
- BIANCHI, Alvaro. A “proletarização” do PCB: pequena crônica de um golpe burocrático (1930-1934). **LaPalavra**. [S. l.], 25 mar. 2016. Disponível em: <https://lavrpalavra.com/2016/03/25/a-proletarizacao-do-pcb-pequena-cronica-de-um-golpe-burocratico-1930-1934/>. Acesso em: 25 out. 2023.
- CARONE, Edgard. **O P.C.B. (1922-1943)**. São Paulo: Difel, 1982. v. 1. p. 71.
- CARRION, R. K. M. A fundação do Partido Comunista do Brasil. **Princípios**, [s. l.], v. 41, n. 163, p. 9 - 62, 6 fev. 2022.
- DANIELLE, Carlos. Sobre as teses para discussão. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, ano 2, n. 62, p. 1-6, maio 1960. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/novos/pdf/per122831_1960_00062.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.
- EM DEFESA DO COMUNISMO. **A estrutura, os métodos e a ação dos Partidos Comunistas (III Congresso da Internacional Comunista)**. [S. l.], 1 ago. 2023. Disponível em: <https://emdefesadocomunismo.com.br/a-estrutura-os-metodos-e-a-acao-dos-partidos-comunistas/>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- FERREIRA, Muniz. Radicalizando a política: a crítica de Marighella às posições do PCB no imediato pós 64. **Novos Rumos**, Rio de Janeiro, v. 50, n. 2, p. 1-11, 2022. Disponível em: <https://revistas.marilia.unesp.br/index.php/novosrumos/article/view/3463>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- INTERNATIONAL PRESS CORRESPONDENCE. Vienna: Offices and Central Despatching Department, v. 8, n. 88, 12 Dec. 1928. Special number. Disponível em: <https://www.bannedthought.net/International/Comintern/Congresses/6/RevMovementInTheColonies-Comintern-1928-crisp.pdf>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- LENIN, V. I. The Third, Communist International. *In*: LENIN, V. I. **Lenin's collected works**. 4th. Moscow: Progress Publishers, 1972. v. 29. p. 240-241. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/tematica/1921/congresso/estrutura.htm>. Acesso em: 4 dez. 2023.
- MARIGHELLA, Carlos. Críticas às teses do comitê central. *In*: EDITORIAL LIVRAMENTO (ed.). **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Livramento, 1979a. p. 89-97.
- MARIGHELLA, Carlos. A crise brasileira. *In*: EDITORIAL LIVRAMENTO (ed.). **Escritos de Carlos Marighella**. São Paulo: Livramento, 1979b. p. 49-50.

MARIGHELLA, Carlos. **Por que resisti à prisão**. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1995.

MENEZES, C. Luta interna e dialética. **Tribuna de Debate**, [s. l.], n. 4, p. 1-8, 10 out. 1966. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/debate/pdf/tribuna_debates.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em guarda contra o “perigo vermelho”**: o anticomunismo no Brasil (1917-1964). São Paulo: Perspectiva: FAPESP, 2002.

NOVOS RUMOS. Rio de Janeiro: [S. n.], ano 2, n. 68, 12 maio 1960. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/jornais/novos/pdf/per122831_1960_00062.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

PACHECO, Eliezer. **O Partido Comunista Brasileiro: 1922 -1964**. São Paulo: Alfa-Omega, 1984. v. 17.

PEREZ, Ricardo Perez. **Trajatória intelectual de Carlos Marighella: do PCB à ANL**. 2017. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em História, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Goiânia, 2017. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/3635>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PESSOA, R. X. C. **PCB: vinte anos de política 1958-1979: documentos**. São Paulo: Ciências Humanas, 1980. (A questão social no Brasil, 7). p. 205-206.

PRESTES, Anita Leocádia. Os comunistas e a Constituinte de 1946 - por ocasião do 60º aniversário da Constituição de 1946. **Estudos Ibero-Americanos**, São Paulo, v. 32, n. 2, p. 171-186, dez. 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1362/1067>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PRESTES, Anita Leocádia. Da declaração de março de 1958 à renúncia de Jânio Quadros: as vicissitudes do PCB na luta por um governo nacionalista e democrático. **Crítica Marxista**, [s. l.], n. 32, p. 147-174, 2011. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/artigo237merged_document_247.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

PRESTES, Anita Leocádia. **Luiz Carlos Prestes: o combate por um partido revolucionário (1958-1990)**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

PRESTES, Anita Leocádia. O PCB e o golpe civil-militar de 1964: causas e consequências. **Estudos Ibero-Americanos**, São Paulo, v. 40, n. 1, p. 150-168, jan./jun. 2014. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/18138/pdf_82. Acesso em: 20 nov. 2023.

PRESTES, Luiz Carlos. Reuniu-se o IV Congresso do Partido Comunista do Brasil. **Imprensa Popular**, Rio de Janeiro, ano 7, n. 1365, p. 1-14, 28 nov. 1954. Disponível em: http://memoria.bn.br/pdf/108081/per108081_1954_01365.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

PRESTES, Luiz Carlos. Carta aos comunistas, março de 1980. Transcrição: Fernando A. S. Araújo. **Arquivo Marxista na Internet**. [S. l.], maio 2006. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/prestes/1980/03/carta.htm>. Acesso em: 20 nov. 2023.

PROGRAMA do Partido Comunista do Brasil. Transcrição: Fernando A. S. Araújo. **Problemas - Revista Mensal de Cultura Política**, [s. l.], n. 64, 1955. Disponível em: https://www.marxists.org/portugues/tematica/rev_prob/64/programa.htm. Acesso em: 20 nov. 2023.

ROCHA JUNIOR, Deusdedith Alves. A interpretação pecebista do Brasil. **Universitas FACE**, Brasília, DF, v. 3, n. 2, p. 1-14, 2006. Disponível em: <https://www.publicacoesacademicas.uniceub.br/face/article/view/41%20acesso%20em:%2014/11/2023>. Acesso em: 14 nov. 2023.

SALES, Jean Rodrigues. O Partido Comunista Brasileiro e Cuba nos anos 1960: defesa da revolução e crítica ao foquismo. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 17, n. 32, p. 93-119, dez. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/anos90/article/view/12612>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SENA JÚNIOR, Carlos Zacarias Figueirôa. **Os impasses da estratégia: os comunistas e os dilemas da União Nacional na revolução (im)possível**. 2007. Tese (Doutorado em Ciências) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2007. p. 84. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/bitstream/123456789/7587/1/arquivo7879_1.pdf. Acesso em: 14 nov. 2023.

SILVA, Aline de Vasconcelos. João Goulart e as reformas de base. **Textos & Debates**, Boa Vista, v. 1, n. 32, p. 5-20, jan./jun. 2019. Disponível em: <https://revista.ufr.br/textosedebates/article/view/4182>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVA, Camilla Cristina. **Orientações políticas de uma esquerda moderada: o PCB e o "centralismo democrático" (1958-1979)**. 2011. Monografia (Bacharelado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal de Ouro Preto, Mariana, 2011. Disponível em: <https://lph.ichs.ufop.br/publications/orienta%C3%A7%C3%B5es-pol%C3%ADticas-de-uma-esquerda-moderada-o-pcb-e-o-%E2%80%9Ccentralismodemocr%C3%A1tico%E2%80%9D>. Acesso em: 20 nov. 2023.

SILVEIRA, Éder da S. Dissidência comunista: da cisão do PCB à formação do PCBR na década de 1960. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 20, n. 37, p. 291-322, 2012. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/anos90/article/view/29301>. Acesso em: 7 nov. 2023.

TAFFARELLO, Paulo Moraes. **A crise orgânica do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e o declínio do "socialismo real"**. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista, Marília, SP, 2009. Disponível em: https://www.marilia.unesp.br/Home/Pos-Graduacao/CienciasSociais/Dissertacoes/taffarello_pm_me_mar.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

WHITE, Stephen. Colonial revolution and the communist international, 1919-1924. **Science & Society**, [s. l.], v. 40, n. 2, p. 173-193, Summer 1976. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/40401942?origin=JSTOR-pdf>. Acesso em: 24 out. 2023.